

# Cadernos de Questões Comentadas do Teste de Progresso

**Direito**



**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – Feso**

Antônio Luiz da Silva Laginestra

**Presidente**

Jorge Farah

**Vice-Presidente**

Luiz Fernando da Silva

**Secretário**

José Luiz da Rosa Ponte

Kival Simão Arbex

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

Wilson José Fernando Vianna Pedrosa

**Vogais**

Luis Eduardo Possidente Tostes

**Direção Geral**

Michele Mendes Hiath Silva

**Direção de Planejamento**

Solange Soares Diaz Horta

**Direção Administrativa**

Fillipe Ponciano Ferreira

**Direção Jurídica**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – Unifeso**

Verônica Santos Albuquerque

**Reitora**

Roberta Montello Amaral

**Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão**

Mariana Beatriz Arcuri

**Direção Acadêmica das Ciências da Saúde**

Vivian Telles Paim

**Direção Acadêmica de Ciências e Humanas e Tecnológicas**

Pedro Luiz Pinto da Cunha

**Direção de Educação a Distância**

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – Hctco**

Rosane Rodrigues Costa

**Direção Geral**

**CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – Cesó**

Roberta Franco de Moura Monteiro

**Direção**

**CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – Ccfp**

Edenise da Silva Antas

**Direção**

Copyright© 2023  
Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

**EDITORA UNIFESO**

**Comitê Executivo**

Roberta Montello Amaral (Presidente)  
Anderson Marques Duarte (Coordenador Editorial)

**Conselho Editorial e Deliberativo**

Roberta Montello Amaral  
Anderson Marques Duarte  
Jucimar André Secchin  
Mariana Beatriz Arcuri  
Verônica dos Santos Albuquerque  
Vivian Telles Paim

**Assistente Editorial**

Laís da Silva de Oliveira

**Revisor**

Anderson Marques Duarte

**Formatação**

Laís da Silva de Oliveira

**Capa**

Gerência de Marketing

C389 Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Cadernos de questões comentadas do Teste de Progresso :  
Direito / Centro Universitário Serra dos Órgãos. -- Teresópolis:  
UNIFESO, 2023.

66 p. : il. color.

1. Teste de Progresso. 2. Avaliação do Desempenho Discente. 3.  
Direito. I. Título.

CDD 378.8153

EDITORA UNIFESO  
Avenida Alberto Torres, nº 111  
Alto - Teresópolis - RJ - CEP: 25.964-004  
Telefone: (21)2641-7184  
E-mail: editora@unifeso.edu.br  
Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

**ORGANIZADOR**

LUCAS BAFFI FERREIRA PINTO

**REVISOR**

ANNE ROSE MARINHO ALVES FEDERICI MARINHO

**AUTORES**

CAIO MARCIO GUTTERRES TARANTO  
CARLA FERREIRA GONCALVES  
CARLOS HENRIQUE RAMOS  
CLAUDIA AGUIAR SILVA BRITTO  
DEBORA LUBRANO DE MENDONCA  
ENEISA MIRANDA BITTENCOURT SOBREIRA  
ERIKA KUBIK DA COSTA PINTO  
FELIPE CAVALIERE TAVARES  
FERNANDO RANGEL ALVAREZ DOS SANTOS  
GISELE ALVES DE LIMA SILVA  
JOAQUIM HUMBERTO COELHO DE OLIVEIRA  
JOSIMAR DOMINGUES TEIXEIRA  
JULIO CESAR FIGUEIREDO OFFREDI  
LUCAS BAFFI FERREIRA PINTO  
PAULO CRUZ DA SILVA JUNIOR  
RAFAEL LAGINHA DO NASCIMENTO  
RAPHAEL VIEIRA DA FONSECA ROCHA  
RAPHAELA MAGNINO ROSA PORTILHO  
RENATO MEIRELLES GUERRA NETO  
RICARDO PEREIRA DE SOUSA LOBATO  
TATIANA CONSTANCIO SILVA


## APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso consiste em um instrumento avaliativo que foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil sua primeira aplicação se deu em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de Graduação em Direito, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a complexidade das questões para todos os períodos. São cinquenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e quarenta de conhecimento específico formuladas e/ou escolhidas pelo nosso corpo docente, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso e fundamentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

O Teste de Progresso permite que seja avaliada a evolução do estudante, bem como das turmas, ao longo do curso. Serve também como alicerce para constantes reavaliações curriculares e dos processos avaliativos aplicados, favorecendo a elaboração de novas estratégias, quando necessário. Sendo assim, podemos considerá-lo um instrumento fundamental para a garantia de uma auto-avaliação pelos discentes e pelo curso como um todo.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1ª QUESTÃO .....	7
2ª QUESTÃO .....	8
3ª QUESTÃO .....	9
4ª QUESTÃO .....	10
6ª QUESTÃO .....	12
7ª QUESTÃO .....	13
8ª QUESTÃO .....	15
9ª QUESTÃO .....	16
10ª QUESTÃO .....	17
11ª QUESTÃO .....	18
12ª QUESTÃO .....	19
13ª QUESTÃO .....	20
14ª QUESTÃO .....	21
15ª QUESTÃO .....	22
16ª QUESTÃO .....	23
17ª QUESTÃO .....	24
18ª QUESTÃO .....	25
19ª QUESTÃO .....	26
20ª QUESTÃO .....	27
21ª QUESTÃO .....	28
22ª QUESTÃO .....	30
23ª QUESTÃO .....	32
24ª QUESTÃO .....	33
25ª QUESTÃO .....	34
26ª QUESTÃO .....	36
27ª QUESTÃO .....	38
28ª QUESTÃO .....	40
29ª QUESTÃO .....	41
30ª QUESTÃO .....	41
31ª QUESTÃO .....	42
32ª QUESTÃO .....	43
33ª QUESTÃO .....	45
34ª QUESTÃO .....	46
35ª QUESTÃO .....	47
36ª QUESTÃO .....	48
37ª QUESTÃO .....	49
38ª QUESTÃO .....	50
39ª QUESTÃO .....	51
40ª QUESTÃO .....	52
41ª QUESTÃO .....	53
42ª QUESTÃO .....	55
43ª QUESTÃO .....	56
44ª QUESTÃO .....	58
45ª QUESTÃO .....	59
46ª QUESTÃO .....	60
47ª QUESTÃO .....	61
48ª QUESTÃO .....	62
49ª QUESTÃO .....	62
50ª QUESTÃO .....	62

	<b>CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO</b>		NOTA FINAL	
	Aluno:			
	Componente Curricular: TP - Antropologia, TP - Sociologia, TP - Psicologia jurídica, TP - Filosofia do Direito e Ética, TP - História do Direito, TP - Teoria Geral do Direito, TP - Teoria do Estado e Ciência Política, TP - Direito Constitucional, TP - Direito Ambiental, TP - Direito Administrativo, TP - Direito Tributário, TP - Direito Penal, TP - Direito Civil, TP - Direito Econômico e Economia Política, TP - Direito Empresarial, TP - Direito do Trabalho, TP - Direito Internacional, TP - Direitos Humanos, TP - Direito Processual e TP - Conhecimentos Gerais			
	Professor (es):			
Período: 202301	Turma:	Data: 23/05/2023		

## TESTE DE PROGRESSO 2023 - DIREITO

### RELATÓRIO DE DEVOLUTIVA DE PROVA 04087 - CADERNO 001

#### 1ª QUESTÃO

**Enunciado:**

A definição de desenvolvimento sustentável mais usualmente utilizada é a que procura atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras. O mundo assiste a um questionamento crescente de paradigmas estabelecidos na economia e também na cultura política. A crise ambiental no planeta, quando traduzida na mudança climática, é uma ameaça real ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos países.

O Brasil está em uma posição privilegiada para enfrentar os enormes desafios que se acumulam. Abriga elementos fundamentais para o desenvolvimento: parte significativa da biodiversidade e da água doce existentes no planeta; grande extensão de terras cultiváveis; diversidade étnica e cultural e rica variedade de reservas naturais.

O campo do desenvolvimento sustentável pode ser conceitualmente dividido em três componentes: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável pressupõe, assinale a alternativa correta:

<b>Alternativas:</b>	
<b>(alternativa A)</b> a preservação do equilíbrio global e do valor das reservas de capital natural, o que não justifica a desaceleração do desenvolvimento econômico e político de uma sociedade.	
<b>(alternativa B)</b> a distribuição homogênea das reservas naturais entre as nações e as regiões em nível global e regional.	
<b>(alternativa C)</b> o reconhecimento de que, apesar de os recursos naturais serem ilimitados, deve ser traçado um novo modelo de desenvolvimento econômico para a humanidade.	
<b>(alternativa D) (CORRETA)</b> a redefinição de critérios e instrumentos de avaliação de custo-benefício que reflitam os efeitos socioeconômicos e os valores reais do consumo e da preservação.	
<b>(alternativa E)</b> a redução do consumo das reservas naturais com a consequente estagnação do desenvolvimento econômico e tecnológico.	
<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 1
<b>Resposta comentada:</b> ENADE 2011	
<b>Feedback:</b> --	

## 2ª QUESTÃO

<b>Enunciado:</b>
Inserir-se na sociedade da informação não significa apenas ter acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), mas, principalmente, saber utilizar essas tecnologias para a busca e a seleção de informações que permitam a cada pessoa resolver problemas do cotidiano, compreender o mundo e atuar na transformação de seu contexto. Assim, o uso das TIC com vistas à criação de uma rede de conhecimentos favorece a democratização do acesso à informação, a troca de informações e de experiências, a compreensão crítica da realidade e o desenvolvimento humano, social, cultural e educacional.
Disponível em: <a href="http://www.portal.mec.gov.br">www.portal.mec.gov.br</a> . Acesso em: 30 jul. 2016 (adaptado).
Com base no texto apresentado, conclui-se que:

<b>Alternativas:</b>	
<b>(alternativa A)</b> o compartilhamento de informações e experiências mediado pelas TIC baseia-se no pressuposto de que o indivíduo reside em centros urbanos.	
<b>(alternativa B) (CORRETA)</b> a inserção de um indivíduo nas relações sociais e virtuais contemporâneas exige mais que inclusão digital técnica.	
<b>(alternativa C)</b> o domínio de recursos tecnológicos de acesso à internet assegura ao indivíduo compreender a informação e desenvolver a capacidade de tomar decisões.	
<b>(alternativa D)</b> a solução para se democratizar o acesso à informação no Brasil consiste em estendê-lo a todo o território, disponibilizando microcomputadores nos domicílios brasileiros.	
<b>(alternativa E)</b> os avanços das TIC vêm-se refletindo globalmente, de modo uniforme, haja vista a possibilidade de comunicação em tempo real entre indivíduos de diferentes regiões.	
<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 1



**Resposta comentada:**

ENADE 2016

**Feedback:**

--

### 3ª QUESTÃO

**Enunciado:**

O plágio é daqueles fenômenos da vida acadêmica a respeito dos quais todo escritor conhece um caso, sobre os quais há rumores permanentes entre as comunidades de pesquisa e com os quais o jovem estudante é confrontado em seus primeiros escritos. Trata-se de uma apropriação indevida de criação literária, que viola o direito de reconhecimento do autor e a expectativa de ineditismo do leitor. Como regra, o plágio desrespeita a norma de atribuição de autoria na comunicação científica, viola essencialmente a identidade da autoria e o direito individual de ser publicamente reconhecido por uma criação. Por isso, apresenta-se como uma ofensa à honestidade intelectual e deve ser uma prática enfrentada no campo da ética. Na comunicação científica, o pastiche é a forma mais ardilosa de plágio, aquela que se autodenuncia pela tentativa de encobrimento da cópia. O copista é alguém que repete literalmente o que admira. O pasticheiro, por sua vez, é um enganador, aquele que se debruça diante de uma obra e a adultera para, perversamente, aprisioná-la em sua pretensa autoria.

Como o copista, o pasticheiro não tem voz própria, mas dissimula as vozes de suas influências para fazê-las parecer suas.

DINIZ, D.; MUNHOZ, A. T. M. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. Argumentum, Vitória (ES), ano 3, v. 1, n.3, p.11-28, jan./jun. 2011 (adaptado).

Considerando o texto apresentado, assinale a opção correta.

**Alternativas:**

**(alternativa A) (CORRETA)**

A transcrição de textos acadêmicos, caso não seja autorizada pelo autor, evidencia desonestidade intelectual.

**(alternativa B)**

O pastiche se caracteriza por modificações vocabulares em textos acadêmicos, desde que preservadas suas ideias originais, bem como sua autoria.

**(alternativa C)**

A expectativa de que todo escritor acadêmico reconheça a anterioridade criativa de suas fontes é rompida na prática do plágio.

**(alternativa D)**

O plágio é uma espécie de crime e, portanto, deve ser enfrentado judicialmente pela comunidade acadêmica.

**(alternativa E)**

Pesquisadores e escritores acadêmicos devem ser capazes de construir, sozinhos, sua voz autoral, a fim de evitar a imitação e a repetição que caracterizam o plágio.

**Grau de dificuldade:** Nível 1

**Resposta comentada:**

ENADE 2016

**Feedback:**

--

## 4ª QUESTÃO

Enunciado:



Disponível em: <<https://desenvolvimentoambiental.wordpress.com>>.

Acesso em: 9 set. 2016.

A partir das ideias sugeridas pela charge, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A adoção de posturas de consumo sustentável, com descarte correto dos resíduos gerados, favorece a preservação da diversidade biológica.

PORQUE

II. Refletir sobre os problemas socioambientais resulta em melhoria da qualidade de vida. A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

Alternativas:

(alternativa A)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**(alternativa B) (CORRETA)**

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa C)

As asserções I e II são proposições falsas.

(alternativa D)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

ENADE 2016

Feedback:

--

## 5ª QUESTÃO

### Enunciado:

Sobre a televisão, considere a tirinha a seguir:

TEXTO I



TEXTO II

A televisão é esse contínuo de imagens, em que o telejornal se confunde com o anúncio de pasta de dentes, que é semelhante a novela, que se mistura com a transmissão de futebol. Os programas mal se distinguem uns dos outros. O espetáculo consiste na própria sequência, cada vez mais vertiginosa, de imagens.

Peixoto, N.B. As imagens de TV têm tempo? In: NOVAES, A. Rede Imaginária: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das letras, 1991 (adaptado).

Com base nos textos 1 e 2, é correto afirmar que o tempo de recepção típico da televisão - como veículo de comunicação - estimula:

### Alternativas:

#### (alternativa A)

Atenção concentrada do telespectador em determinado assunto, uma vez que os recursos expressivos próprios do meio garantem a motivação necessária para o foco em determinado assunto.

#### (alternativa B)

Especialização do conhecimento científico, com vistas a promover uma difusão de valores e princípios amplos, com espaço garantido para a diferença cultural como capital simbólico valorizado.

#### (alternativa C)

Reflexão crítica do telespectador, uma vez que permite o acesso a uma sequência de assuntos de interesse público que são apresentados de forma justaposta, o que permite o estabelecimento de comparações.

#### (alternativa D)

Contemplação das imagens animadas como meio de reflexão acerca do estado de coisas no mundo contemporâneo, traduzido em forma de espetáculo.

#### (alternativa E) (CORRETA)

Fragmentação e excesso de informação, que evidenciam a opacidade do mundo contemporâneo, cada vez mais impregnado de imagens e informações superficiais.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

ENADE 2017

Feedback:

--

## 6ª QUESTÃO

### Enunciado:

#### TEXTO I

O estudo *Internet and American Life Project*, do *Pew Research Center*, demonstrou que, em 2009, metade das buscas de temas relacionados à saúde na internet era feita para terceiros, e quase seis em cada dez pessoas que usaram meios digitais para se informar sobre saúde mudaram o enfoque com que cuidavam da própria saúde ou da de algum parente. Estima-se que exista uma correlação positiva entre o grau de conhecimento das doenças (seus fatores de risco, formas de prevenção e tratamento) e a taxa de adoção de hábitos saudáveis pela sociedade. O aumento nos diagnósticos precoces do câncer de mama e a diminuição do tabagismo são dois exemplos clássicos a favor dessa ideia. Acredita-se que indivíduos mais bem informados aderem a comportamentos preventivos e reagem melhor a uma enfermidade.

Infelizmente, a divulgação de temas médicos é uma faca de dois gumes: quem não sabe nada está mais perto da verdade do que a pessoa cuja mente está cheia de informações equivocadas. Conseguir que a mensagem seja bem decodificada pelos receptores é o grande desafio que preocupa (ou deveria preocupar) tanto médicos quanto jornalistas.

TABAKMAN, R. A saúde na mídia: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos. Trad. Lizandra Magon de Almeida. São Paulo: Summus Editorial, 2013 (adaptado).

#### TEXTO II

De acordo com os dados da última TIC Domicílios — pesquisa realizada anualmente com o objetivo de mapear formas de uso das tecnologias de informação e comunicação no país — , aproximadamente 46% dos usuários de Internet no Brasil utilizam a rede à procura de informações médicas sobre saúde em geral e serviços de saúde. Para uma médica e pesquisadora da Fiocruz, os indivíduos sempre procuraram informações sobre seu estado de saúde, mas é inegável que o surgimento da Internet trouxe um aumento significativo do acesso a informações amplificando assim os reflexos deste processo e alterando a relação entre os indivíduos. A pesquisadora chama a atenção para o perigo do autodiagnóstico e da automedicação, que podem gerar consequências nefastas tanto para os indivíduos quanto para a saúde pública, uma vez que boa parte dos estudos mostra que não são adotados critérios durante as buscas na Internet.

Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/conteudos-sobre-saude-na-web-alteram-relacao-medico-paciente>. Acesso em: 16 abr. 2020 (adaptado)

Considerando a abordagem dos textos, avalie as afirmações a seguir.

- I. Os textos I e II evidenciam a importância de critérios nas buscas realizadas pelos usuários da Internet por informações sobre patologias, pois algumas informações podem trazer riscos à saúde por fomentarem a compreensão equivocada de sintomas e profilaxias.
- II. O texto I afirma que a disponibilização de informações sobre temas de saúde nos meios de comunicação tem contribuído para o esclarecimento da população acerca de hábitos saudáveis.
- III. No texto II, defende-se o acesso a informações relativas a pesquisas da área da saúde nos veículos de comunicação, pois elas permitem que o indivíduo seja proativo na prevenção de patologias.

É correto o que se afirma em

<b>Alternativas:</b>	
<b>(alternativa A)</b>	
III, apenas.	
<b>(alternativa B)</b>	
I, apenas.	
<b>(alternativa C)</b>	
I, II e III.	
<b>(alternativa D) (CORRETA)</b>	
I e II, apenas.	
<b>(alternativa E)</b>	
II e III, apenas.	
<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 2
<b>Resposta comentada:</b>	
enade 2021	
<b>Feedback:</b>	
--	

## 7ª QUESTÃO

### Enunciado:

A chance de uma criança de baixa renda ter um futuro melhor que a realidade em que nasceu está, em maior ou menor grau, relacionada à escolaridade e ao nível de renda de seus pais. Nos países ricos, o "elevador social" anda mais rápido. Nos emergentes, mais devagar. No Brasil, ainda mais lentamente. O país ocupa a segunda pior posição em um estudo sobre mobilidade social feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2018, com dados de 30 países. Segundo os resultados, seriam necessárias nove gerações para que os descendentes de um brasileiro entre os 10% mais pobres atingissem o nível médio de rendimento do país. A estimativa é a mesma para a África do Sul e só perde para a Colômbia, onde o período de ascensão levaria 11 gerações. Mais de 1/3 daqueles que nascem entre os 20% mais pobres no Brasil permanece na base da pirâmide, enquanto apenas 7% consegue chegar aos 20% mais ricos. Filhos de pais na base da pirâmide têm dificuldade de acesso à saúde e maior probabilidade de frequentar uma escola com ensino de baixa qualidade. A educação precária, em geral, limita as opções para esses jovens no mercado de trabalho.

Sobram-lhes empregos de baixa remuneração, em que a possibilidade de crescimento salarial para quem tem pouca qualificação é pequena – e a chance de perpetuação do ciclo de pobreza, grande.

LEMOS, V. Brasil é o segundo pior em mobilidade social em ranking de 30 países. BBC News Brasil, 15 jun. 2018 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, é correto afirmar que

**Alternativas:**

**(alternativa A)**

a mobilidade social é caracterizada por um fator ancestral que se revela ao longo das gerações, sendo um limitador da eficácia de políticas públicas de redução das desigualdades sociais.

**(alternativa B)**

o fator ambiental e o fator demográfico afetam a mobilidade social observada, sendo ela menor nos países que apresentam as maiores taxas de natalidade.

**(alternativa C)**

a baixa organização social dos economicamente menos favorecidos determina a baixa mobilidade social da base para o topo da pirâmide.

**(alternativa D) (CORRETA)**

a ascensão social depende de fatores viabilizadores que estão fora do alcance das camadas pobres, o que ocasiona conflitos sociais em busca do acesso a tais fatores.

**(alternativa E)**

a análise de mobilidade social permite a observação de um ciclo vicioso, que se caracteriza por uma subida nas camadas sociais seguida de uma queda, repetindo-se esse ciclo de modo sucessivo.

**Grau de dificuldade:** Nível 1

**Resposta comentada:**

ENADE 2021

**Feedback:**

--

## 8ª QUESTÃO

### Enunciado:

Além do contexto econômico, o avanço da tecnologia também é um dos responsáveis pelo aumento dos trabalhadores informais. E a tendência de contratação de freelancers por meio de plataformas digitais, como aplicativos de *delivery* e de mobilidade urbana, ganhou até um nome: *Gig Economy*, ou economia dos bicos. Para os gigantes de tecnologia detentores desses aplicativos, os motoristas são trabalhadores autônomos, que não possuem vínculo empregatício. Além de não estarem sujeitos a nenhuma regulamentação e proteção legal, os profissionais que desenvolvem esse tipo de trabalho deixam de contribuir para a Previdência Social e de possuir benefícios como Fundo de Garantia a por Tempo de Serviço (FGTS), férias e décimo terceiro salário. Não obstante, ainda arcam com todo o custo da atividade que exercem. Em uma reportagem que ouviu alguns desses trabalhadores, motoristas afirmaram sofrer com problemas de coluna e com o estresse no trânsito, além das longas jornadas de trabalho. Por esses motivos, a *Gig Economy* está no centro de uma discussão mundial acerca da responsabilidade dessas companhias milionárias sobre as condições de trabalho da mão de obra que contratam. No meio do limbo jurídico, quem sofre são os trabalhadores dessas plataformas, que ficam duplamente desprotegidos — pelas empresas e pelo Estado.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/quais-sao-as-consequencia-do-trabalho-informal-no-pais/>. Acesso em: 18 abr. 2020 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Trabalhadores autônomos informais que atuam em plataformas digitais sem qualquer vínculo empregatício, desprotegidos de regulamentação ou lei trabalhista, compõem a *Gig Economy*.

### PORQUE

II. Os trabalhadores, na *Gig Economy*, arcam com todos os custos necessários para desempenhar o seu trabalho, ganham por produção e enfrentam longas jornadas diárias, o que os deixa mais desgastados e com problemas de saúde.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

### Alternativas:

#### (alternativa A)

As asserções I e II são proposições falsas.

#### (alternativa B)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

#### (alternativa C)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

#### (alternativa D) (CORRETA)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

#### (alternativa E)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Grau de dificuldade:

Nível 2

Resposta comentada:

ENADE 2021

Feedback:

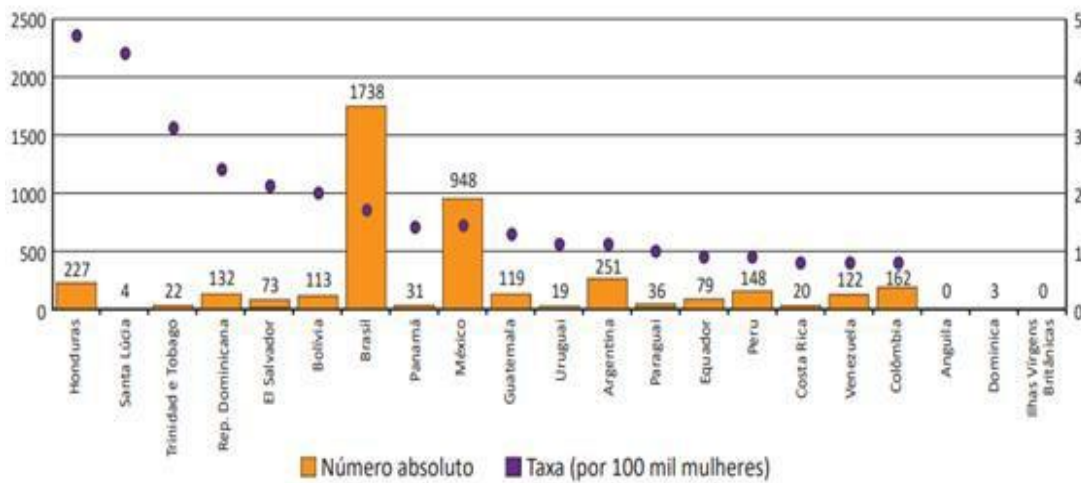
--

## 9ª QUESTÃO

**Enunciado:**

TEXTO I

**América Latina, Caribe (21 países): Femicídio ou feminicídio (2021)**  
(Em números absolutos e taxas por 100 mil mulheres)



Disponível em: <https://olg.cepal.org>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TEXTO II

Resultados de pesquisa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), apontam que, além do feminicídio íntimo, aquele perpetrado por parceiros ou ex-parceiros da vítima, e do feminicídio sexual sistêmico, em que a vítima é sequestrada e estuprada, há o feminicídio lesbofóbico ou bifóbico, configurado quando a vítima é bissexual ou lésbica e é assassinada porque o agressor entende que deve puni-la por sua orientação sexual.

A partir do gráfico e das informações do texto, assinale a opção correta.

**Alternativas:**

**(alternativa A)**

O número relativo a cada 100 mil mulheres vítimas de feminicídio no Brasil explica a posição elevada do país no ranking, diferentemente de Honduras, que registra, relativamente, menos ocorrências que o Brasil.

**(alternativa B)**

O gráfico apresentado ranqueia os países a partir de um cálculo de proporção e, nessa perspectiva, Santa Lúcia apresenta uma das taxas mais baixas de feminicídio na região.

**(alternativa C)**

Os países da América Latina que apresentam as maiores taxas de ocorrência de feminicídios a cada 100 mil mulheres, de acordo com o gráfico apresentado, são Brasil, México e Argentina.

**(alternativa D)**

As políticas públicas voltadas às mulheres partem do pressuposto de que elas devem ser as principais responsáveis por sua própria segurança, evitando comportamentos de risco.

**(alternativa E) (CORRETA)**

As formas de violência que afetam as mulheres são determinadas não somente pela condição sexual e de gênero, mas também por diferenças econômicas, etárias, raciais, culturais e religiosas.

**Grau de dificuldade:**

Nível 2



**Resposta comentada:**  
ENADE 2022

**Feedback:**

--

## 10ª QUESTÃO

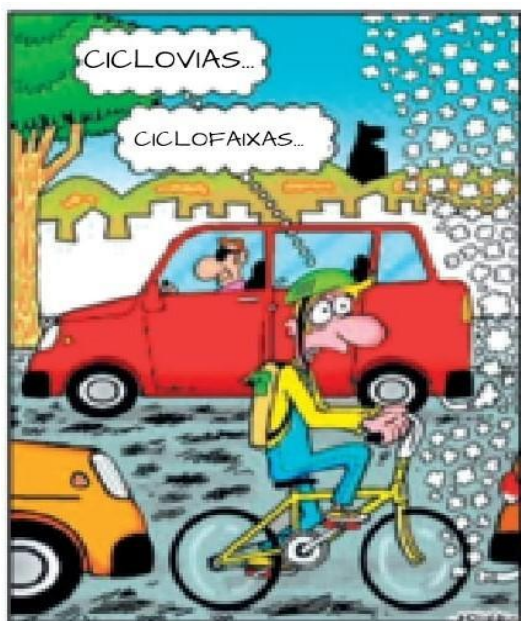
**Enunciado:**

TEXTO I

Na Alemanha nazista, no auge da Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de abrir mais espaço para os veículos automotivos. Com muitos ciclistas, as bicicletas viraram um empecilho, forçando a criação de um espaço exclusivo para elas – talvez as primeiras ciclovias do mundo. Mas, se na década de 1940 os veículos eram prioridade, hoje, o uso de bicicletas – e das ciclovias – surge como uma das principais alternativas para melhorar a qualidade de vida nas grandes metrópoles. Quando políticas públicas incentivam o uso de bicicletas como meio de transporte para curtas e médias distâncias, um novo panorama se abre.

COSTA, J. Ciclovias ajudam a humanizar o espaço urbano. *Ciência e Cultura* . v. 68, n. 2, São Paulo, 2016 (adaptado)

TEXTO II



Disponível em: <http://dopedal.blogspot.com/2012/05/charge-do-silverio-voz-da-serra.html>. Acesso em: 29 de abr. 2020.

Considerando as informações apresentadas e o uso de bicicletas como alternativa para melhorar a qualidade de vida nas cidades, avalie as afirmações a seguir.

I. Dado que as bicicletas são veículos que ocupam pouco espaço na malha viária, prescinde-se de investimentos públicos em construção de ciclovias, sendo prioritárias campanhas de conscientização de motoristas a respeito dos benefícios do uso da bicicleta como meio de transporte.

II. O uso das bicicletas como meio de transporte contribui para a melhoria da qualidade de vida nas grandes metrópoles, pois elas não emitem poluentes, além de esse uso proporcionar a prática de atividade física.

III. A partir da Segunda Guerra Mundial, durante o governo da Alemanha nazista, o uso da bicicleta como meio de transporte tornou-se eficaz e passou a prevalecer nas cidades europeias.

É correto o que se afirma em

<b>Alternativas:</b> <b>(alternativa A)</b> I, II e III. <b>(alternativa B)</b> I e III, apenas. <b>(alternativa C)</b> I, apenas. <b>(alternativa D)</b> II e III, apenas. <b>(alternativa E) (CORRETA)</b> II, apenas.	
<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 2
<b>Resposta comentada:</b> ENADE 2021	
<b>Feedback:</b> --	

### 11ª QUESTÃO

**Enunciado:**

A Constituição de 1988 contempla que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e a propriedade. A livre iniciativa, contudo, não é absoluta, sendo ponderada por outros princípios constantes na própria Carta Magna. Quanto à colisão da livre iniciativa com demais princípios, merece ênfase a proteção ao meio ambiente, mormente à luz da função social da propriedade, que exige o respeito à legislação ambiental.

Em relação à livre iniciativa como direito fundamental e a colisão com os demais princípios que regem o Direito Econômico, é CORRETO afirmar que:

<b>Alternativas:</b> <b>(alternativa A)</b> apesar da existência de outros princípios de status constitucional, a livre iniciativa, por ser direito fundamental, é absoluta. <b>(alternativa B)</b> a previsão constitucional de complexo principiológico diverso da livre iniciativa determina a estatização das principais atividades econômicas, a exemplo da atividade bancária exercida por entes que pertencem à Administração Pública, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. <b>(alternativa C) (CORRETA)</b> a iniciativa privada é livre para exercer atividade econômica, mas se adequa a demais princípios e regras, a exemplo da defesa do meio ambiente e da defesa do consumidor. <b>(alternativa D)</b> a previsão de diversos princípios que restringem a livre iniciativa decorre da adoção da socialização do capital e da propriedade pela Constituição de 1988. <b>(alternativa E)</b> por força da previsão constitucional da livre iniciativa, apenas lei complementar pode criar exceções à atividade econômica exercida pelos particulares.	
<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 3

### Resposta comentada:

Na forma do artigo 170, caput, da CRFB/88, “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...]”. Nota-se, portanto, que o Estado adotou a livre iniciativa, registrando, no artigo 173, que apenas excepcionalmente será exercido pelo Poder Público.

Cabe, portanto, à iniciativa privada exercer atividades econômicas. Contudo, a atividade econômica exercida pela iniciativa privada submete-se a demais princípios e regras que a adequam ao regime do Estado de Direito, com ênfase para a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a defesa do consumidor e à função social da propriedade.

### Referências:

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito econômico**. 10. Rio de Janeiro Forense 2019.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2015.

SQUIZZATO, Ana Carolina. **Direito financeiro e econômico**. São Paulo:Método.

### Feedback:

--

## 12ª QUESTÃO

### Enunciado:

O regime jurídico dos artigos 170 e 173 da Constituição consagram, por um lado, a primazia da iniciativa privada para o exercício da atividade econômica e, por outro, admite que o Estado a exerça, sob a condição de ausência de privilégios específicos, inclusive fiscais e trabalhistas.

Uma dada atividade econômica exercida pelo Estado pode ser objeto de reestruturação econômica por parte do setor público mediante inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

Nesse contexto, pode ser objeto dedesestatização:

### Alternativas:

#### (alternativa A)

a incorporação de atividade privada por sociedade de economia mista ou empresa pública.

#### (alternativa B)

a aquisição de ações e direitos de instituições financeiras pela União Federal.

#### (alternativa C)

a aquisição de bens móveis e imóveis por entes de Direito Público e de Direito Privado.

#### (alternativa D)

a incorporação de bens e direitos de pessoa jurídica de direito privado a ente de direito público.

#### (alternativa E) (CORRETA)

serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização.

### Grau de dificuldade:

Nível 2

**Resposta comentada:**

As principais diretrizes do Programa Nacional de Desestatização encontra-se na Lei 9.491, de 09 de setembro de 1997. O PND possui como objetivo fundamental (dentre outros) reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público.

Para tanto, pode ser objeto de desestatização serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização, nos termos do artigo 2º, inciso I I, da Lei 9.491/97. Logo, a alternativa A encontra-se correta; todas as demais são falsas por tratar de fenômenos diversos (e contrários) à desestatização.

**Referências:**

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Direito **econômico**. 10. Rio de Janeiro Forense 2019.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2015.

SQUIZZATO, Ana Carolina. **Direito financeiro e econômico**. São Paulo:Método.

**Feedback:**

--

**13ª QUESTÃO****Enunciado:**

"O relativismo cultural é um princípio segundo o qual não é possível compreender, interpretar ou avaliar de maneira significativa os fenômenos sociais não ser que sejam considerados em relação ao papel que desempenham no sistema cultural".

Tendo por base o trecho transcrito acima, é correto afirmar que:

**Alternativas:****(alternativa A)**

relativizar é uma defesa da homogeneidade cultural.

**(alternativa B) (CORRETA)**

relativizar é uma tentativa de construir descrições e interpretações dos fatos culturais a partir do que nos dizem e do que fazem os atores destes fatos culturais.

**(alternativa C)**

o relativismo defende que todas as culturas tendem a se assemelhar com o passar do tempo, e que ao difundir nossos hábitos estamos colaborando com esse processo.

**(alternativa D)**

relativizar é construir descrições exteriores sobre diferentes modos de vida.

**(alternativa E)**

é o reconhecimento da unidade biológica da espécie humana. Através dessa unidade biológica podemos explicar as realidades culturais e o comportamento das pessoas.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

**Resposta comentada:**

(Questão adaptada - UNIOESTE)

relativizar uma cultura é buscar a interpretação dos seus fatos culturais partindo daquilo que é dito pelos próprios atores participantes desses fatos culturais.

**Feedback:**

(Questão adaptada - UNIOESTE)

## 14ª QUESTÃO

### Enunciado:

Leia o caso concreto abaixo:

Mauro nasceu em Madrid, na Espanha, sendo filho de brasileiro casado com espanhola. Os pais de Mauro optaram por não o registrar no consulado brasileiro de Madrid. Todavia, Mauro, depois de atingida a maioridade, veio a residir no Brasil e optou pela nacionalidade brasileira. Alguns anos após, Mauro decide concorrer ao cargo de Presidente da República do país.

Diante do caso concreto, examine as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. Mauro poderá concorrer ao cargo de Presidente da República e, se eleito, ocupá-lo sem qualquer impedimento.

### PORQUE

II Mauro é considerado brasileiro nato, não se aplicando a ele a restrição de acesso à certos cargos vedados a brasileiros naturalizados.

Assinale a alternativa correta:

### Alternativas:

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa B)

As asserções I e II são proposições falsas.

(alternativa C) (CORRETA)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa D)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

**Grau de dificuldade:** Nível 3

### Resposta comentada:

Conforme art. 12, I, c, da CRFB/88, os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira são considerados brasileiros natos. Dessa forma, não se aplica a Mauro as restrições a brasileiros naturalizados. A asserção I justifica corretamente a asserção I.

Ref. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional.

15. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2020.

### Feedback:

--

## 15ª QUESTÃO

### Enunciado:

Leia texto abaixo:

“Os direitos sociais são, assim, direitos exigíveis, conquanto para a sua eficácia plena seja imprescindível, de uma forma ou de outra, a intervenção legislativa e a ação do Poder Executivo, inclusive mediante a gestão e a implantação de políticas públicas. São direitos jurisdicionáveis, portanto, ou seja, direitos que podem, em tese, ser exigidos diante de um tribunal e tutelados por ele, de forma que a sua vulneração não pode permanecer impune, estabelecendo-se algum mecanismo que, de alguma forma, obrigue os órgãos legislativos e/ou administrativos a justificar publicamente as razões de seu descumprimento, e, assim, a sua legitimidade/ilegitimidade”. (SHWARZ, Rodrigo Garcia. **Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais e a Judicialização de Políticas: Algumas Considerações**. Revista da AJURIS. Porto Alegre, v. 43, n. 141, 2016, p. 267).

São direitos sociais:

### Alternativas:

**(alternativa A) (CORRETA)**

A saúde, a educação e previdência social.

**(alternativa B)**

A moradia, a proteção à maternidade e a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares.

**(alternativa C)**

O trabalho, o transporte e a inviolabilidade do domicílio.

**(alternativa D)**

A educação, a alimentação e a inviolabilidade de dados.

**(alternativa E)**

A assistência aos desamparados, a alimentação e o livre exercício de qualquer trabalho ou ofício.

**Grau de dificuldade:** | Nível 3

### Resposta comentada:

Conforme Constituição Federal de 1988: “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Ref. SHWARZ, Rodrigo Garcia. **Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais e a Judicialização de Políticas: Algumas Considerações**. Revista da AJURIS. Porto Alegre, v. 43, n. 141, 2016.

### Feedback:

--

## 16ª QUESTÃO

### Enunciado:

Leia o trecho abaixo:

“O sistema de controle difuso de constitucionalidade, que geralmente é concreto ou incidental, permite ao magistrado ou órgão colegiado analisar, no caso concreto, a compatibilidade de uma lei ou ato normativo perante a Constituição. Trata-se de modalidade de controle repressivo de constitucionalidade, sendo a outra modalidade pela via concentrada. O controle de constitucionalidade zela pela proeminência da Constituição, assegurando a proteção e a efetivação dos direitos e garantias fundamentais ao indivíduo e à sociedade.” (SCHUELLER, Larissa Pinheiro. **Controle Difuso de Constitucionalidade**. Série Aperfeiçoamento de Magistrados, p. 140 – adaptado)

A respeito do controle difuso de constitucionalidade, avalie as afirmações a seguir:

I – O controle difuso de constitucionalidade pode ser realizado no âmbito de mandado de segurança e do recurso extraordinário.

II – A Constituição Federal de 1988, diferentemente da Carta de 1967, não exigiu a reserva de plenário para declaração de inconstitucionalidade no controle difuso-incidental.

III – Juízes e tribunais poderão, de ofício, declarar a inconstitucionalidade de uma lei, afastando-a do caso concreto, visto ser dever desses órgãos zelar pela supremacia da constituição.

São corretas apenas as seguintes afirmativas:

### Alternativas:

(alternativa A)

II e III.

(alternativa B)

I.

(alternativa C)

II.

(alternativa D)

I e II.

**(alternativa E) (CORRETA)**

I e III.

**Grau de dificuldade:** Nível 3

### Resposta comentada:

Conforme art. 97 da CRFB/88, “somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público”. Portanto, a atual Carta Magna exigiu a reserva de plenário tanto para o controle concentrado-abstrato quanto difuso-incidental. Assim, a afirmativa I está errada. As afirmativas I e II estão corretas.

Ref. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 36. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2020.

### Feedback:

--

## 17ª QUESTÃO

### Enunciado:

A Teoria Tridimensional do Direito formulada por Miguel Reale postula que o fenômeno direito se apresenta, e deve em consequência ser analisado, por meio de três aspectos inseparáveis e distintos entre si: o *axiológico* (que envolve o valor de justiça), o *fático* (que trata da efetividade social e histórica) e o *normativo* (que compreende o ordenamento, o dever-ser). Assim, fato, valor e norma estão sempre presentes e correlacionados em qualquer expressão da vida jurídica.

Analise as afirmativas abaixo:

I - A ciência do direito é uma ciência histórico-cultural e compreensivo-normativa, por ter por objeto a experiência social, enquanto esta normativamente se desenvolve em função de fatos e valores para a realização ordenada da convivência humana.

II - O fenômeno jurídico decorre de um fato social, recebe inevitavelmente uma carga de valoração humana, antes de tornar-se norma.

III - Objetivando uma pureza metódica, a ciência jurídica foi submetida a uma dupla depuração, que retirou de seu âmbito qualquer análise de aspectos fáticos ligados ao Direito e de aspectos valorativos, constituindo como objeto específico a norma jurídica.

Indique a alternativa correta:

### Alternativas:

(alternativa A)

(alternativa A)

As alternativas II e III estão corretas.

(alternativa B)

Somente a II está correta

(alternativa C)

Somente a I está correta

(alternativa D)

Somente a alternativa III está correta

**(alternativa E) (CORRETA)**

As alternativas I e II estão corretas

### Grau de dificuldade:

Nível 2

### Resposta comentada:

Na teoria tridimensional, Miguel Reale define o direito como o conjunto de norma, valor e fato. Ante a triplicidade dos aspectos do fenômeno jurídico (fato, valor e norma) afirma que a ciência jurídica deve estudar as normas sem abstrair os fatos e os valores presentes. A essa doutrina que requer a integração dos três elementos constitutivos do direito numa unidade funcional e de processo, Miguel Reale designa de **tridimensionalidade** específica do direito, reclamando aquela integração em correspondência com os problemas complementares da validade social, da validade ética e da validade técnico-jurídica.

### Feedback:

Adaptada



## 18ª QUESTÃO

### Enunciado:

Determinado projeto de lei ordinária, após regular processo legislativo, foi enviado ao Presidente da República para sanção. O Presidente, no entanto, permaneceu inerte, deixando de sancioná-lo ou vetá-lo, total ou parcialmente. O projeto de lei nada dispunha sobre a *vacatio legis*, e seu texto foi oficialmente publicado 25 (vinte e cinco) dias após o recebimento do projeto de lei pelo Presidente. No entanto, 3 (três) dias após a publicação original, o texto foi novamente publicado para corrigir erros da publicação anterior. Nesse cenário, é correto afirmar que:

### Alternativas:

#### (alternativa A)

a *vacatio legis* terá o prazo especial de 90 (noventa) dias, em razão da inércia do Presidente da República, a contar da segunda publicação oficial.

#### (alternativa B)

a *vacatio legis* será de 60 (sessenta) dias, a contar do prazo final para que o Presidente da República sancionasse ou vetasse a lei.

#### (alternativa C) (CORRETA)

a *vacatio legis* será de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da segunda publicação oficial.

#### (alternativa D)

a *vacatio legis* será de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da primeira publicação oficial.

#### (alternativa E)

a *vacatio legis* será de 60 (sessenta) dias, a contar da segunda publicação oficial.

### Grau de dificuldade:

Nível 2

### Resposta comentada:

*Vacatio Legis* é o intervalo de tempo entre a data da publicação da lei e sua entrada em vigor, iniciando-se a obrigatoriedade na lei nova. No referido caso a *vacatio legis* será de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da segunda publicação oficial.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. **DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE**

**SETEMBRO DE 1942.** Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. § 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

### Feedback:

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. **DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm). Adaptada.

## 19ª QUESTÃO

### Enunciado:

Os atos administrativos são despojados de um fim em si mesmos. Servem para atender às finalidades da coletividade. Como expressão da instrumentalidade de atos e procedimentos, a Lei 9.784/99 disciplina o convalidamento, expondo que "em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."

Em relação ao controle e convalidamento dos atos administrativos, é possível afirmar que:

I - O convalidamento dos atos administrativos atendem a interesses privados, tendo-se em vista que servem para a atender as pretensões dos particulares.

II - O convalidamento dos atos administrativos exige a preservação do interesse público e a ausência de prejuízo.

III - O convalidamento dos atos administrativos irregulares exige manifestação do Poder Judiciário ou dos Tribunais de Contas.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta:

### Alternativas: (alternativa A)

todas as premissas estão corretas.

### (alternativa B) (CORRETA)

apenas a premissa II está correta.

### (alternativa C)

todas as premissas são erradas.

### (alternativa D)

apenas a premissa III está correta.

### (alternativa E)

apenas a premissa I está correta.

**Grau de dificuldade:** | Nível 1

### Resposta comentada:

Tendo-se em vista a supremacia do interesse público, a eficiência e a instrumentalidade dos atos e processos administrativos, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. Trata-se do instituto da sanatória ou convalidamento.

### Referências:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

### Feedback:

--

## 20ª QUESTÃO

### Enunciado:

A intervenção do Estado na propriedade consiste toda e qualquer medida que, amparada em lei, tenha por fim ajustá-la aos inúmeros fatores exigidos pela função social a que está condicionada, a exemplo do confisco de glebas onde ocorre a sujeição de trabalhadores à condição análoga a escravo. Em relação ao referido complexo de medidas, podemos afirmar que:

I – o direito de propriedade não é absoluto em virtude da função social;

PORQUE

II – a própria Constituição prevê hipóteses de intervenções supressivas do Estado na propriedade.

Assinale a alternativa correta:

### Alternativas:

#### (alternativa A)

Ambas premissas são falsas, na medida em que a premissa I é o fundamento equivocado da premissa II.

#### (alternativa B) (CORRETA)

Ambas premissas são verdadeiras, na medida em que a premissa I é o fundamento da premissa II.

#### (alternativa C)

Apenas a assertiva II é verdadeira, porque a premissa I afasta a premissa II.

#### (alternativa D)

apenas a assertiva I é verdadeira, porque a premissa II afasta a premissa I.

#### (alternativa E)

Apenas a premissa II é verdadeira, tendo-se em vista que não há invalidação de ato administrativo de ofício.

**Grau de dificuldade:** | Nível 3

### Resposta comentada:

O inciso XXI do artigo 5º contempla que é garantido o direito de propriedade. Contudo, o inciso XXI estabelece que a propriedade deverá atender à função social. Logo, o direito de propriedade, apesar da garantia constitucional, não é absoluto. A própria Carta de 1988 elenca hipóteses em que há contenção da propriedade por não atender à função social, a exemplo da desapropriação prevista no artigo 243, despojada de indenização.

#### Referências:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

DIPIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

### Feedback:

--

## 21ª QUESTÃO

### Enunciado:

Embora esteja obrigado a apresentar declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda, determinado contribuinte não entregou sua declaração de ajuste anual. Um auditor da receita federal, após regular procedimento fiscal, constatou que o contribuinte obteve renda no exercício financeiro correspondente. Em razão disso, a receita federal lavrou um auto de infração, notificando o contribuinte para pagamento do imposto. Além disso, foi-lhe imposta uma pena por não ter entregado a declaração de ajuste anual e multa de mora pelo atraso no pagamento do imposto.

Acerca dessa situação hipotética, avalie as afirmações a seguir.

I- A obrigação de entregar a declaração de ajuste anual do imposto de renda é considerada acessória.

II- A obrigação de pagar a multa de mora pelo atraso no pagamento do imposto é considerada acessória.

III- A obrigação de pagar a pena imposta pela não entrega da declaração de ajuste anual é considerada obrigação acessória.

IV- A obrigação de pagar a pena imposta pela não entrega da declaração de ajuste anual é considerada obrigação principal.

V- A obrigação de pagar o imposto sobre a renda é considerada obrigação principal.

**Alternativas:**

**(alternativa A)**

II, IV e V.

**(alternativa B) (CORRETA)**

I, IV e V.

**(alternativa C)**

I, II e IV.

**(alternativa D)**

II, III.

**(alternativa E)**

II e IV.

**Grau de dificuldade:** | Nível 1

**Resposta comentada:**

Segundo o preceito contido no artigo 113 do CTN, Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória. § 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação

ou da fiscalização dos tributos. § 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

**Feedback:**

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

## 22ª QUESTÃO

### Enunciado:

Observe a tabela abaixo, leia o texto proposto e responda o que se pede.

Tabela de incidência mensal do Imposto sobre a renda e proventos pessoa física (IRPF), a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015:

BASE DE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA (%)	PARCELA A DEDUZIR (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,50	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

([https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica#calculo\\_mensal\\_IRPF](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica#calculo_mensal_IRPF))

Segundo Leandro Paulsen, “Muitos tributos apresentam alíquota invariável, ainda que se modifique a base de cálculo, de modo que o percentual é sempre o mesmo, apurando-se o montante devido proporcionalmente à variação da base de cálculo. Nesses casos, a carga tributária é diretamente proporcional à riqueza tributada. A proporcionalidade é simples e isonômica. Mas há tributos para os quais a Constituição determina a utilização de alíquotas (...), de modo que os contribuintes estejam sujeitos a percentuais diferentes conforme suas revelações de capacidade contributiva. Isso faz com que contribuintes que revelam maior riqueza suportem carga tributária (...) maior.” (PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 13. São Paulo Saraiva Jur2020).

Qual é a denominação dessa técnica de tributação de acordo com a sistemática constitucional presente na Constituição Federal de 1988?

**Alternativas: (alternativa A)**

Não cumulatividade.

**(alternativa B) (CORRETA)**

Progressividade.

**(alternativa C)**

Seletividade.

**(alternativa D)**

Tributação monofásica.

**(alternativa E)**

Substituição Tributária.

**Grau de dificuldade:**

Nível 2

**Resposta comentada:**

A progressividade é uma técnica de tributação através da qual o montante do tributo devido é apurado mediante a aplicação de uma alíquota variável considerando a revelação de capacidade contributiva do contribuinte, ou seja, quanto maior a base de cálculo maior será sua alíquota.

Considerando a sistemática adotada pela Constituição Federal, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será informado por esse critério, nos termos do art. 153, §2º, inciso I.

**Feedback:**

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 6ª ed. São Paulo: Método, 2012.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

## 23ª QUESTÃO

### Enunciado:

Leia a seguinte ementa.

EMENTA Recurso extraordinário. Repercussão Geral. Direito Tributário. Imposto de renda. Juros moratórios devidos em razão do atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função. Caráter indenizatório. Danos emergentes. Não incidência. 1. A materialidade do imposto de renda está relacionada com a existência de acréscimo patrimonial.

Precedentes. 2. A palavra indenização abrange os valores relativos a danos emergentes e os concernentes a lucros cessantes. Os primeiros, correspondendo ao que efetivamente se perdeu, não incrementam o patrimônio de quem os recebe e, assim, não se amoldam ao conteúdo mínimo da materialidade do imposto de renda prevista no art. 153, III, da Constituição Federal. Os segundos, desde que caracterizado o acréscimo patrimonial, podem, em tese, ser tributados pelo imposto de renda. 3. Os juros de mora devidos em razão do atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função visam, precipuamente,

a recompor efetivas perdas (danos emergentes). Esse atraso faz com que o credor busque meios alternativos ou mesmo heterodoxos, que atraem juros, multas e outros passivos ou outras despesas ou mesmo preços mais elevados, para atender a suas necessidades básicas e às de sua família. 4. Fixa-se a seguinte tese para o Tema nº 808 da Repercussão Geral: “Não incide imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função”. 5. Recurso extraordinário não provido. (Órgão julgador: Tribunal Pleno, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Julgamento: 15/03/2021, Publicação: 08/04/2021).

A partir das informações contidas da ementa apresentada, avalie as asserções a seguir e a relação proposto entre elas.

I- Não há a incidência de imposto de renda sobre os juros de mora devidos em razão do atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego.

Porque

II- A materialidade do imposto de renda está relacionada com a existência de acréscimo patrimonial.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

### Alternativas:

#### (alternativa A)

As asserções I e II são proposições falsas.

#### (alternativa B)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

#### (alternativa C)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

#### (alternativa D)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

#### (alternativa E) (CORRETA)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Grau de dificuldade: | Nível 2



**Resposta comentada:**

O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) de competência privativa do União consta no artigo 153, inciso II da CRFB. A doutrina especializada e a jurisprudência, no que tange à interpretação do dispositivo, têm firme orientação de que a materialidade do tributo está relacionada à existência de acréscimo patrimonial, aspecto ligado às ideias de renda e de proventos de qualquer natureza, bem como ao princípio da capacidade contributiva. Diante disso e da decisão acima os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função não incide imposto de renda, vez que natureza de indenização recompondo efetivas perdas.

Tema 808 - Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física, Relator(a): MIN. DIAS TOFFOLI, Descrição: Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 97 e 153, II, da Constituição Federal, a constitucionalidade dos arts. 3º, § 1º, da Lei 7.713/1988 e 43, I, § 1º, do Código Tributário Nacional, de modo a definir a incidência, ou não, de imposto de renda sobre os juros moratórios recebidos por pessoa física., Tese: Não incide imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função.

**Feedback:**

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 26ª ed., São Paulo: Atlas, 2017.  
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

**24ª QUESTÃO****Enunciado:**

"Os direitos humanos não surgiram simultaneamente, mas aos poucos, em consonância com a demanda de cada época, motivo pelo quais os estudiosos costumam dividi-los em gerações ou dimensões. Paulo Bonavides foi um dos principais constitucionalistas que leu os direitos humanos a partir de um perfil histórico, agrupando os mesmos em gerações de direitos. Afirma-se que esta divisão está amparada no surgimento histórico dos direitos humanos, sendo que parte da doutrina tem evitado o termo "geração", trocando-o por "dimensão". Isso porque a ideia de "geração" está diretamente ligada à de sucessão, substituição, enquanto que os direitos humanos não se sobrepõem, não são suplantados uns pelos outros".

No que se refere às dimensões de direitos humanos, é correto afirmar:

**Alternativas:****(alternativa A)**

A terceira dimensão diz respeito aos direitos de liberdade, em especial, ao de não ser privado arbitrariamente em sua liberdade e surgiram a partir do final da 2ª Guerra Mundial.

**(alternativa B)**

A segunda dimensão diz respeito aos direitos exclusivamente políticos, ou seja, aos direitos de participação política, sendo que a terceira dimensão abriga os direitos sociais.

**(alternativa C)**

A primeira dimensão diz respeito aos direitos sociais e surgiram a partir da derrocada do liberalismo e coincidem com os Estados Totalitários.

**(alternativa D) (CORRETA)**

A primeira dimensão diz respeito aos direitos que gravitam em torno da liberdade e surgiram com o Estado Liberal do século XVIII.

**(alternativa E)**

A primeira e a segunda dimensões de direitos fundamentais surgem somente ao final da 1ª Guerra Mundial e estão atreladas ao surgimento dos movimentos totalitários, em especial, ao nazismo.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

**Resposta comentada:**

(Questão adaptada)

A primeira geração de direitos diz respeito aos direitos civis e políticos; a segunda geração se refere aos direitos sociais como saúde, educação, direito ao voto, alimentação, dentre outros. Os direitos de terceira geração dizem respeito ao meio ambiente e aos grupos vulneráveis como mulheres, população LGBT e outros. Direitos cibernéticos, de família e propriedade não estão diretamente vinculados às gerações de direitos citadas.

**Feedback:**

(Questão adaptada - DPE-SC)

**25ª QUESTÃO****Enunciado:**

Constatando a trajetória do direito empresarial, percebeu-se uma tentativa de de unificação formal do direito privado. Na lei, foi expressa a definição de empresário, e, ainda, nota-se que a relação não é de oposição, mas sim de especialidade. A disciplina do direito empresarial é especial em relação aos direitos e obrigações de ordem privada relacionadas à atividades econômicas organizadas. Em tal contexto, acerca das sociedades empresárias, assinale a opção correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Se uma cooperativa exercer atividade própria de empresário, essa cooperativa será considerada sociedade empresária e ficará sujeita a registro na junta comercial.

**(alternativa B)**

Conforme o Código Civil, empresa é a pessoa jurídica que atua profissionalmente em atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

**(alternativa C)**

De acordo com a teoria maior, é suficiente que haja prejuízo ao credor não negocial para que seja cabível a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária.

**(alternativa D) (CORRETA)**

Profissionais liberais não são considerados empresários, salvo se a organização dos fatores de produção for mais importante que a atividade pessoal desenvolvida.

**(alternativa E)**

Quanto à sua composição, as sociedades empresárias classificam-se em contratuais — por exemplo, a sociedade limitada — ou institucionais — por exemplo, a sociedade anônima.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

Resposta comentada:

A) Conforme o Código Civil, empresa é a pessoa jurídica que atua profissionalmente em atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

*A empresa é atividade. Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.*

B) Quanto à sua composição, as sociedades empresárias classificam-se em contratuais — por exemplo, a sociedade limitada — ou institucionais — por exemplo, a sociedade anônima.

Classificam-se em "de pessoas" e "de capitais".

C) De acordo com a teoria maior, é suficiente que haja prejuízo ao credor não negocial para que seja cabível a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária.

Segundo a teoria maior, adotada pelo art. 50, do CC, para efeito de desconsideração, exige-se o requisito específico do abuso caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

D) Se uma cooperativa exercer atividade própria de empresário, essa cooperativa será considerada sociedade empresária e ficará sujeita a registro na junta comercial.

Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.

Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

E) Profissionais liberais não são considerados empresários, salvo se a organização dos fatores de produção for mais importante que a atividade pessoal desenvolvida.

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

**Feedback:**

--

## 26ª QUESTÃO

### Enunciado:

Desde 23 de janeiro de 2021, estão valendo novas regras para a recuperação judicial e a falência no Brasil. A lei foi aprovada pelo Congresso e sancionada com vetos pelo Presidente da República no final de 2020, mas só entrou em vigor 30 dias após a publicação. O objetivo da recuperação judicial é evitar a “quebra” de um empresário individual ou uma sociedade empresária e, conseqüentemente, evitar que trabalhadores fiquem sem emprego, que fornecedores percam um cliente, que consumidores percam um serviço ou produto e o que Estado deixe de arrecadar tributos (Texto adaptado. ANDRETTA, Filipe. Entenda o que é recuperação judicial e falência, que têm novas regras. Uol, São Paulo, 26 de janeiro de 2021 atual. em 27 de julho de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/guia-deeconomia/recuperacao-judicial-empresa-falencia-fases-processo.htm>. Acesso em 27 set. 2022).

No que tange à disciplina e às disposições da Lei n. 11.101/2005, em especial sobre o instituto da recuperação judicial, considere as seguintes assertivas:

I – A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, com o intuito de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores.

II – Nos termos do que dispõe o art. 48 da Lei n. 11.101/2005, poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois anos);

III – Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive os créditos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, desde que vencidos.

IV – Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive os créditos fiscais não tributários.

Diante do exposto, assinale a alternativa que contém apenas assertivas integralmente corretas:

### Alternativas:

**(alternativa A) (CORRETA)**

I e II;

(alternativa B)

I e IV;

(alternativa C)

III e IV;

(alternativa D)

I, II e III;

(alternativa E)

I, II e IV

Grau de dificuldade:

Nível 1

## Resposta comentada:

**Questão elaborada pela docente a partir da adaptação do seguinte texto:** (ANDRETTA, Filipe. Entenda o que é recuperação judicial e falência, que têm novas regras. Uol, São Paulo, 26 de janeiro de 2021 atual. em 27 de julho de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/guia-deeconomia/recuperacao-judicial-empresa-falencia-fases-processo.htm>. Acesso em 27 set. 2022).

**O gabarito para as assertivas I, II e III tem como fundamento os seguintes dispositivos da Lei 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação de Empresas):**

**Assertiva I:** correta com fundamento no art. 47 da Lei 11.101/2005.

**Assertiva II:** correta com fundamento no art. 48, caput, da Lei 11.101/2005.

**Assertiva III:** incorreta (créditos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial) com base no art. 49, caput e § 3º.

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

O gabarito para a assertiva IV tem como **fundamento: Superior Tribunal de Justiça – Informativo 703, de 09 de agosto de 2021** (REsp 1.931.633-GO, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 03/08/2021. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=0703.cod>. Acesso em: 05. abr. 2023):

**Assertiva IV:** incorreta, uma vez que os créditos de natureza fiscal não se sujeitam aos efeitos do plano de recuperação judicial, sejam eles os créditos fiscais tributários ou os não tributários (exemplo: multas administrativas aplicadas por agência reguladora).

## Feedback:

**Questão elaborada pela docente a partir da adaptação do seguinte texto:** (ANDRETTA, Filipe. Entenda o que é recuperação judicial e falência, que têm novas regras. Uol, São Paulo, 26 de janeiro de 2021 atual. em 27 de julho de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/guia-deeconomia/recuperacao-judicial-empresa-falencia-fases-processo.htm>. Acesso em 27 set. 2022).

**Enunciado:**

“Nas últimas duas semanas, episódios de racismo, registrados em vídeo e áudio, ganharam o noticiário. Dois clientes foram acusados de levar mercadorias de shoppings. Um jovem foi considerado suspeito de furtar uma bicicleta. E uma moça foi humilhada depois de vencer um concurso de beleza. Pessoas negras atacadas em sua dignidade.

A repórter **Renata Ceribelli** conversou com três vítimas e perguntou a especialistas: por que é tão difícil punir o racismo com rigor?

Em uma pequena cidade de Minas Gerais, Maiza de Oliveira, de 19 anos, foi eleita como a Rainha da Cidade, em Santo Antônio do Amparo, mas a alegria só durou até ela ouvir um comentário racista que se espalhou por grupos de Whatsapp da cidade.

“É, os pretos estão mandando em tudo mesmo. É cota na escola, é cota aqui, é cota ali. Da próxima vez, nós temos que pular num tanque de creolina e sair tudo pretinha. Aí pode se candidatar a qualquer coisa que ganha”, disse a agressora no áudio.

Foram vários os casos de ofensa contra negros nos últimos dias por todo o Brasil. Em Cuiabá, o servidor público Paul Arifa, de 38 anos, gravou o momento em que era acusado de roubar o sapato que tinha acabado de comprar”.

(Disponível em. **G1 Fantástico**. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/ataques-racistas-sao-flagrados-pelo-pais-mas-denuncias-sao-registradas-como-calunia.ghtml>. Acesso em 20 jul 2021)

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O STJ, julgando agravo regimental no recurso especial n. 686.965/DF, considerou que a injúria racial está na seara dos crimes relativos ao racismo e é também imprescritível, pois tem sentido de segregação, somando-se a isso recentemente a lei n. 14532/2023 incluiu a injúria racial dentre os crimes de preconceito de raça ou cor.

**PORQUE**

II - A injúria racial é distinta do racismo. Enquanto na injúria racial a ofensa é direcionada a um indivíduo específico, no crime de racismo, a ofensa é contra uma coletividade.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

**Alternativas:**

**(alternativa A)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I

**(alternativa B)**

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa

**(alternativa C)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira

**(alternativa D)**

As asserções I e II são proposições falsas

**(alternativa E) (CORRETA)**

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I

**Grau de dificuldade:**

Nível 3

**Resposta comentada:**

**LETRA B**

O fato do STF ter equiparado a injúria racial ao racismo, inclusive reconhecendo a imprescritibilidade do delito, não é justificado pela distinção entre as duas espécies de infração (injúria racial e racismo), mas sim pelos aspectos que as identificam.

**Feedback:**

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – parte especial**, Vol. 2. 15ª ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Niterói: Impetus, 2018. Capítulo dos Crimes contra a honra.

Art. 2º- A da Lei 7.716/1989: Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

## 28ª QUESTÃO

### Enunciado:

Para compreensão dos crimes em espécie da parte especial do Código penal e das legislações extravagantes é indispensável o estudo da parte geral do Código Penal, na qual encontramos destacadamente a teoria geral do crime. Esta é uma das materiais mais relevantes no campo do direito penal. São elementos do crime em uma perspectiva analítica: o fato típico, ilícito e culpável. Considerando tais elementos analise as assertivas abaixo:

I. O código penal brasileiro adota o critério biológico-psicológico para definição da inimputabilidade dos menores de 18 anos, sendo assim não basta apenas prova da idade para declaração da incapacidade.

II. Age em estado de necessidade de terceiro, agente que frente a duas pessoas picadas por uma cobra venenosa, e tendo apenas uma dose de um antídoto curativo, aplica apenas em uma das vítimas, vindo a outra falecer.

III. Os inimputáveis do art. 26 do Código Penal são isentos de pena, aplicando-se a estes medidas de segurança. Tais medidas possuem prazo mínimo de 1 a 3 anos, tendo o STJ sumulado como prazo máximo o tempo da pena máxima em abstrato definida no tipo penal cometido.

IV. Lúcia foi flagrada por segurança de loja furtando. Após detida, sem oferecer qualquer risco, o segurança a agrediu. Lúcia imediatamente revidou com socos e pontapés que lesaram o agente. Nessa situação hipotética, é possível alegar estado de necessidade por parte de Lúcia.

É correto o que se afirmar apenas nas assertivas

### Alternativas:

(alternativa A)

I e III

(alternativa B)

III e IV

(alternativa C) (CORRETA)

II e III

(alternativa D)

I e II

(alternativa E)

II e IV

Grau de dificuldade: Nível 2

### Resposta comentada:

**LETRA B.** As assertivas I e II estão corretas. A assertiva I está incorreta porque no caso da menoridade adota-se o critério biológico para declaração de incapacidade, ou seja, basta a prova da idade. A assertiva IV está incorreta, pois a excludente cabível para Lúcia seria a legítima defesa.

### Feedback:

(recurso online) GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de **Direito penal, v. 1: parte geral (art. 1º ao 120)**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral – Volume 1**. 17 ed. rev. ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2015.



## 29ª QUESTÃO

### Enunciado:

Felipe sempre sonhou em ser proprietário de um veículo de renomada marca mundial. Quando soube que uma moradora de sua rua tinha um dos veículos de seu sonho em sua garagem, Felipe combinou com Caio e Bruno de os dois subtraírem o veículo, garantindo que ficaria com o produto do crime e que Caio e Bruno iriam receber determinado valor, o que efetivamente vem a ocorrer. Após receber o carro, Felipe o leva para sua casa de praia, localizada em outra cidade do mesmo Estado em que reside. Os fatos são descobertos e o veículo é apreendido na casa de veraneio de Felipe.

Analisando a situação-problema narrada, é correto afirmar que Felipe deverá ser responsabilizado pela prática do crime de

### Alternativas:

(alternativa A)

receptação

**(alternativa B) (CORRETA)**

furto qualificado

(alternativa C)

furto simples

(alternativa D)

roubo impróprio

(alternativa E)

favorecimento real

**Grau de dificuldade:** Nível 2

### Resposta comentada:

**LETRA C** - Como todos os agentes estavam conluídos para a prática da subtração do veículo da vítima, Felipe deverá responder por furto, o qual restou qualificado pelo concurso de pessoas (art. 155, § 4º, IV, do CP).

### Feedback:

QUESTÃO DO XXI Exame de Ordem Unificado/FGV - ADAPTADA

(recurso online) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, v. 3: parte especial: Arts. 155 a 212: crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

## 30ª QUESTÃO

### Enunciado:

Maria foi contratada pela empresa Bolos S.A. para exercer a função de copeira, cumprindo jornada de trabalho de segunda à sexta-feira das 13:00 h às 17:00 h, sem intervalo alimentar. Decorridos dois anos do início do pacto contratual, foi a empregada dispensada, recebendo as parcelas da ruptura. Contudo, inconformada porque jamais lhe foi permitido usufruir de intervalo para descanso e alimentação, Maria ajuíza reclamação trabalhista postulando o pagamento do período correspondente ao intervalo alimentar não concedido. Diante da hipótese relatada, assinale a afirmativa correta.

**Alternativas:**

**(alternativa A) (CORRETA)**

A ex-empregada não faz jus ao pagamento de horas extraordinárias, porquanto diante da carga horária cumprida, não lhe era assegurada a fruição de intervalo intrajornada.

**(alternativa B)**

A ex-empregada faz jus ao pagamento de uma hora extraordinária diária, haja vista a supressão do intervalo intrajornada, na forma do Art. 71, § 4º, da CLT.

**(alternativa C)**

A ex-empregada faz jus ao pagamento de apenas 15 minutos diários a título de horas extraordinárias, haja vista a supressão do intervalo intrajornada, na forma do Art. 71, § 4º, da CLT.

**(alternativa D)**

A ex-empregada faz jus ao pagamento de indenização correspondente ao valor de uma hora extraordinária diária, haja vista a supressão do intervalo intrajornada.

**(alternativa E)**

Em caso de supressão do intervalo intrajornada, a referida parcela deverá ser paga com os devidos reflexos, diante da natureza salarial, de acordo com a legislação vigente.

**Grau de dificuldade:** Nível 3

**Resposta comentada:**

Art. 71. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1º Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

Considerando que a jornada é de 6h, deveria usufruir de intervalo intrajornada de 15 minutos, sendo certo que tal parcela deve ser paga com acréscimo de 50% sobre o período suprimido e possui caráter indenizatório, não refletindo nas demais parcelas salariais.

**Feedback:**

OAB / FGV - ADAPTADA

Exame de Ordem - 2021

## 31ª QUESTÃO

**Enunciado:**

Lúcio Costa é motorista rodoviário e trabalha na sociedade empresária Viação Dedo da Serra Ltda. Em 27 de maio de 2020, Lucio se envolveu em um grave acidente automobilístico na serra que liga Teresópolis ao Município de Guapimirim, sendo, ao final da investigação, verificado que Lucio foi o responsável pelo sinistro, tendo atuado com dolo no evento danoso. Em razão disso, teve a perda da sua habilitação determinada pela autoridade competente. O empregador procura você, como advogado(a), afirmando que não há vaga disponível para Lucio em outra atividade na empresa e desejando saber o que deverá fazer para solucionar a questão da maneira mais econômica e em obediência às normas de regência. Diante desta situação e dos termos da CLT,

**Alternativas:****(alternativa A)**

o contrato de Lucio deverá ser suspenso.

**(alternativa B)**

a conduta de Lucio não caracteriza falta grave e não pode ser motivo de punição por parte da empregadora.

**(alternativa C)**

a empresa deverá dispensar Lucio sem justa causa.

**(alternativa D)**

o empregador deverá interromper o contrato de Lucio.

**(alternativa E) (CORRETA)**

o contrato do empregado deverá ser rompido por justa causa.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

**Resposta comentada:**

A Reforma Trabalhista acrescentou mais um tipo de justa causa no art. 482, CLT (alínea “m”): perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado:

*m) perda de habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado (alínea acrescentada pela Lei n. 13.467/2017): Nessa modalidade é imprescindível que ocorra a forma dolosa para tal perda, ou seja, intencionalmente.*

Assim, trabalhadores que necessitem de habilitação para profissão e a perderem dolosamente, como por exemplo, médicos, advogados, motoristas, estarão sujeitos a essa nova modalidade de dispensa por justa

**Feedback:**

Mauricio Godinho Delgado / Gabriela Neves Delgado. A Reforma Trabalhista no Brasil, LTR, São Paulo, 2018.

**32ª QUESTÃO****Enunciado:**

Rita é engenheira e trabalhou na empresa Irmãos Construtores Ltda. por 3 anos. Ao ser dispensada, ajuizou ação trabalhista em face da ex-empregadora. Como tinha experiência na área de recursos humanos de empregos anteriores, decidiu ela própria fazer sua defesa jurídica, não buscando, portanto, a assistência de advogado ou sindicato. Elaborou a petição inicial, compareceu à audiência e formulou perguntas para testemunhas e para a parte ré.

Ao término da instrução o juiz prolatou sentença de improcedência do petitório de Rita, a qual, inconformada, interpôs recurso ordinário, que teve provimento negado, sendo mantida a sentença de primeiro grau. Ainda inconformada, adotando o mesmo sistema, entendendo ter havido violação literal de dispositivo constitucional tanto na sentença de primeiro grau como no acórdão, Rita, da mesma forma e desacompanhada de advogado, interpõe o competente recurso de revista para o TST.

Com base na jurisprudência consolidada do TST acerca da postulação em causa própria, assinale a afirmativa correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Trata-se de decisão irrecurável em que não é aplicável o *jus postulandi*.

**(alternativa B)**

Não cabe mais recurso do julgado.

**(alternativa C)**

O recurso deveria ser endereçado ao STF, em razão da alegada violação constitucional.

**(alternativa D) (CORRETA)**

O recurso deverá ter o seguimento negado por irregularidade de representação.

**(alternativa E)**

O recurso deverá ser conhecido e provido.

<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 2
-----------------------------	---------

**Resposta comentada:**

O recurso de Rita não deve ser conhecido porque o *JUS POSTULANDI* não se aplica aos recursos de competência do TST, conforme súmula 425 do TST. Assim, há *IRREGULARIDADE* na representação processual de Rita, o que afasta a possibilidade de julgamento do seu recurso de revista.

**Sum 425 TST:** O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

**Feedback:**

OAB / FGV (Adaptada)

Exame de Ordem - 2017

## 33ª QUESTÃO

### Enunciado:

Leia o trecho abaixo:

“O meio ambiente encontra-se conceituado na legislação que prevê a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA –, como conjunto de leis, influências, condições e interações de ordem física, química e biológica, que é necessário para o desenvolvimento da vida em todas as suas formas (art. 3º, I, da Lei nº. 6.938/81). Por isso, o meio ambiente visa a proteção e a reparação de qualquer dano ambiental, bem como o uso sustentável do meio ambiente, pois é necessário o desenvolvimento econômico e social. Desenvolvimento este sempre pautado no princípio do desenvolvimento sustentável, haja vista ser imprescindível o incremento do país, mas sem destruir o meio ambiente em sua integralidade, uma vez que necessário à subsistência da vida humana. É nesse caminho que o artigo 225 da Constituição Federal estabelece o direito ao meio ambiente” (PESSANHA, Jackeline Fraga; GOMES, Marcelo Sant’Anna Vieira.

**Desenvolvimento Sustentável como Direito Humano e Fundamental.** CONPEDI, 2021, p. 161)

O meio ambiente, em virtude de sua importância, é hoje considerado direito humano e direito fundamental. Nesse sentido, é natural que a Constituição Federal de 1988, dirigente, tenha tratado sobre o assunto. Com base em seus conhecimentos acerca das normas constitucionais sobre o meio ambiente, assinale a alternativa correta:

### Alternativas:

#### (alternativa A)

Ante o conflito do interesse privado de um particular frente à proteção do meio ambiente, prevalece o primeiro em virtude do princípio do *in dubio pro societatis*.

#### (alternativa B) (CORRETA)

O meio ambiente é considerado direito fundamental de 3ª dimensão, sendo, nos termos da Constituição, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

#### (alternativa C)

É terminantemente proibida a operação de usinas com reatores nucleares no Brasil, não havendo qualquer exceção que permita sua instalação.

#### (alternativa D)

O meio ambiente envolve apenas a proteção à flora, mas não a fauna, visto que esta não está prevista expressamente na Constituição Federal de 1988.

#### (alternativa E)

Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental apenas no âmbito do ensino universitário, visto que no ensino médio e fundamental a população não possui capacidade de compreender a importância do meio ambiente.

**Grau de dificuldade:** | Nível 2

**Resposta comentada:**

O meio ambiente é direito fundamental de 3ª dimensão. Nos termos do art. 225, §1º, VI, da CRFB/88, incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. O meio ambiente envolve tanto a proteção da fauna quanto da flora, nos termos do art. 225, §7º. As usinas que operem com reator nuclear poderão existir no Brasil e deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. Ante o conflito do interesse privado de um particular frente à proteção do meio ambiente, prevalece o segundo, visto tratar-se de interesse público.

Ref. ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**Feedback:**

--

**34ª QUESTÃO****Enunciado:**

O Pacto de São José da Costa Rica foi incorporado ao direito brasileiro em 1992. Posteriormente, em 1998, o Brasil reconheceu como obrigatória a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Um dos grandes marcos no julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil foi o Caso Gomes Lund, no qual o Estado brasileiro foi condenado por não adotar a devida justiça de transição do período ditatorial para o democrático. Um dos desdobramentos da sentença foi a criação da Comissão da Verdade e a reparação às vítimas da ditadura militar no Brasil.

No que diz respeito ao controle de convencionalidade das leis, em especial, ao Pacto de São José da Costa Rica, e à atuação do sistema interamericano de direitos humanos, assinale a opção correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

O Pacto de São José da Costa Rica, segundo jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal, tem status de emenda constitucional e, portanto, integra o núcleo de constitucionalidade do ordenamento jurídico nacional.

**(alternativa B)**

Conforme doutrina dominante, inobstante haja a utilização do controle de convencionalidade no sistema interamericano, o Brasil, dada suas peculiaridades, não recepcionou essa possibilidade, sendo vedada sua aplicação conforme jurisprudência dos tribunais superiores.

**(alternativa C) (CORRETA)**

O controle de convencionalidade é o trabalho de compatibilização ou controle de validade das normas do ordenamento jurídico interno de um Estado, tendo como parâmetro os tratados de direitos humanos que estejam em vigor e tenham sido ratificados por esse Estado.

**(alternativa D)**

O controle de convencionalidade pode ser realizado apenas pelos tribunais superiores, sendo tal controle, no Brasil, afeto ao Supremo Tribunal Federal.

**(alternativa E)**

O controle de convencionalidade, no Brasil, se assemelha ao controle de constitucionalidade e, portanto, somente é realizado pela via difusoincidental.

**Grau de dificuldade:** Nível 3

**Resposta comentada:**

O controle de convencionalidade é o trabalho de compatibilização ou controle de validade das normas do ordenamento jurídico interno de um Estado, tendo como parâmetro os tratados de direitos humanos que estejam em vigor e tenham sido ratificados por esse Estado. O controle de convencionalidade deve ser realizado tanto pelos tribunais brasileiros quanto pelo sistema interamericano, não se confundindo com o controle de constitucionalidade, visto que o parâmetro não é a Constituição, mas o Pacto San José da Costa Rica que, nos termos da jurisprudência do STF, tem status de norma supralegal, mas infraconstitucional.

Ref. DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito internacional privado. 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

**Feedback:**

--

**35ª QUESTÃO****Enunciado:**

Nas últimas décadas, houve uma intensa atividade destrutiva praticada pelo ser humano, porém, sem a utilização de meios sustentáveis e resolutivos capazes de desacelerar o processo, além da ausência de recursos financeiros e dos precários métodos fiscalizadores. A implementação de eficientes mecanismos que processam, registram e controlam as propriedades é um novo marco no monitoramento da real situação desses territórios, estabelecendo análises constantes e critérios inovadores para mudança do cenário negativo formado ao longo dos anos. A existência desses mecanismos é exigida pelo princípio do desenvolvimento sustentável, sob pena de impedir que as gerações futuras usufruam do meio ambiente tal como as atuais ou tenham inclusive sua sobrevivência ameaçada. Dentre os institutos de direito ambiental criados para preservação do meio ambiente, destacam-se as Áreas de Preservação Permanente.

Sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP), assinale a alternativa correta abaixo:

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros, e os manguezais, em toda a sua extensão, são consideradas APP.

**(alternativa B)**

Segundo a jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, a supressão das APP por ação do particular não acarreta dano ao meio ambiente *in re ipsa*. Assim, em regra, não há o dever de restaurar a área suprimida, salvo em situações excepcionais.

**(alternativa C)**

As hipóteses de APP são criadas pela lei, não havendo no ordenamento jurídico pátrio a possibilidade de criação de APP por ato do Poder Executivo.

**(alternativa D)**

Para ser considerada APP, a área protegida deve necessariamente ser coberta por vegetação nativa, não havendo qualquer exceção a essa regra.

**(alternativa E)**

Com as alterações no Código Ambiental brasileiro, as APP não mais subsistem no ordenamento jurídico brasileiro, visto que os dispositivos que versavam sobre esse tema foram revogados.

**Grau de dificuldade:** Nível 1

**Resposta comentada:**

Nos termos da Lei nº 12.651/12, a APP pode ser coberta ou não por vegetação nativa. Assim, estando prevista na lei, mesmo se não houver vegetação nativa nenhuma, a área será considerada APP. As APP podem ser criadas pela própria lei (art. 4º) ou por ato do Poder Executivo (art. 6º). O dano ao meio ambiente decorrente da supressão de APP é in re ipsa, presumido pela própria lei, fixando, portanto, o dever de restauração da área suprimida. As APP estão previstas nos termos da Lei nº 12.651/12. Por fim, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros, e os manguezais, em toda a sua extensão, são consideradas APP, na forma do art. 4º, IV e VI, da Lei nº 12.651/12.

Ref. ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**Feedback:**

--

**36ª QUESTÃO****Enunciado:**

O Direito Internacional Público, como qualquer seara jurídica, possui fontes formais de produção de normas. A doutrina internacionalista, nesse sentido, procura definir o que são fontes do direito. Para Salem Hikmat Nasser, por exemplo, as fontes são os instrumentos ou processos pelos quais surgem ou se permitem identificar as normas jurídicas. Já Guido Fernando Silva Soares afirma que as fontes são as razões que determinam a produção das normas jurídicas, bem como a maneira como elas são relevadas. Por fim, Paulo Henrique Gonçalves Portela conceitua fonte do direito como os motivos que levam ao aparecimento da norma jurídica e os modos pelos quais ela se manifesta.

Importante fonte do direito internacional público é definida como: “um acordo internacional concluído por escrito entre Estados ou Organizações Internacionais, regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”. Assinale, dentre as alternativas abaixo, qual fonte a definição citada faz referência:

**Alternativas:**

**(alternativa A) (CORRETA)**

Tratado e convenções internacionais.

**(alternativa B)**

Acervo decisório de Cortes Internacionais.

**(alternativa C)**

Doutrina produzida por internacionalistas.

**(alternativa D)**

Costume internacional.

**(alternativa E)**

Jurisprudência de Cortes Estrangeiras.

**Grau de dificuldade:**

Nível 1



**Resposta comentada:**

Nos termos do art. 2º, 1., a, da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, tratado significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados ou Organizações Internacionais, regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica. Logo a definição faz referência ao tratado, fonte primordial do Direito Internacional Público.

Ref. REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

**Feedback:**

--

**37ª QUESTÃO****Enunciado:**

Leia o texto abaixo:

“Em tempos de globalização, quando se pretende discorrer sobre o direito é necessária precaução, para não se limitar ao pressuposto consagrado pelo uso comum do termo, de que se trata apenas de um conjunto de leis que garantem a ordem social [...]. A dificuldade de tratar o direito como um instrumento dinâmico que acompanha a dialética do processo cultural e evolutivo das sociedades complexas, consiste em desvanecer a essência paradigmática de pressupostos ideológicos, criada pela ideia de que o direito está meramente limitado na pura expressão da ordem legislativa estatal”. (FERREIRA NETTO, Adyr Garcia. **O Direito no Mundo Globalizado: reflexos na atividade empresarial**. Dissertação defendida perante a Universidade Estadual de Londrina, 2007, p.11).

A globalização é um fenômeno que traz diversas reflexões para as mais variadas searas jurídicas. O direito internacional privado, por sua própria natureza, relaciona-se diretamente a esse fenômeno, impondo a revisão de suas normas e princípios com a finalidade de melhor atender aos anseios dos tempos hodiernos. Com base em seus conhecimentos sobre a disciplina, avalie as asserções abaixo e a relação estabelecida entre elas:

I. Na hipótese de um credor de alimentos, com domicílio ou residência no Brasil, ajuizar demanda em face de seu parente, de cidadania estrangeira e domiciliado no exterior, o Código de Processo Civil concede jurisdição à autoridade judiciária brasileira para processar e julgar o presente litígio.

**PORQUE**

II. Com o objetivo de oferecer maior proteção às partes vulneráveis em um litígio, o Código de Processo Civil de 2015 expandiu as hipóteses expressas de jurisdição da justiça brasileira, incluindo, além da hipótese do credor de alimentos domiciliado ou residente no Brasil, também a hipótese das ações decorrentes de relação de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no país.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

**Alternativas:****(alternativa A)**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**(alternativa B)**

As asserções I e II são proposições falsas.

**(alternativa C)**

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

**(alternativa D) (CORRETA)**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

**(alternativa E)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

**Grau de dificuldade:** Nível 3

**Resposta comentada:**

Nos termos do art. 22 do CPC/15: “Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações: I - de alimentos, quando: a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil; b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos; II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil; [...]”. Nota-se, assim, que, com o objetivo de oferecer maior proteção às partes vulneráveis em um litígio, o Código de Processo Civil de 2015 expandiu as hipóteses expressas de jurisdição da justiça brasileira, incluindo, além da hipótese do credor de alimentos domiciliado ou residente no Brasil, também a hipótese das ações decorrentes de relação de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no país. A asserção II justifica a I, estando ambas corretas.

Ref. DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito internacional privado. 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

**Feedback:**

--

### 38ª QUESTÃO

**Enunciado:****Veja a notícia abaixo, publicada no site El Pais em 23/11/2022:**

“Marina é o nome fictício —a seu pedido expresso— de uma mulher de 37 anos que durante dois anos sofreu maus-tratos psicológicos por parte de seu namorado. Segundo ela, tratava-se de um abuso sutil, manipulador, mediante o qual ela tinha a sua autoestima e confiança desgastadas, a ponto de transformá-la em um punhado de dúvidas e medos. Neste tipo de abuso, a vítima quase nunca tem consciência de estar sendo violentada. Ou, pelo menos, não como se entende geralmente o termo, já que não há uma agressão clara. Simplesmente, quanto tudo é colocado em dúvida, tudo se discute e seus pontos de vista são sempre menosprezados, a mulher vai se fechando em si mesma. Trata-se também, conseqüentemente, de uma forma de abuso muito difícil de explicar para a vítima e ainda mais complicada de denunciar. Marina conta: ‘Ele discutia sobre tudo. Tudo colocava em dúvida. Até as coisas que não têm discussão, como meu estado de espírito ou meus sentimentos. Tudo era um exagero meu, uma invenção ou uma paranoia. Tudo estava em minha cabeça, então acabei acreditando. Acabei acreditando que era eu que não estava à altura e, para não continuar decepcionando-o, me calava. Parei de opinar, parei de responder e simplesmente de me expressar. Fiquei completamente anulada como pessoa e ele tinha controle total sobre mim’”.

Agora responda: Este tipo de violência de gênero é denominado:

<b>Alternativas:</b> <b>(alternativa A)</b> manspreading; <b>(alternativa B)</b> maninterrupting <b>(alternativa C) (CORRETA)</b> gaslighting; <b>(alternativa D)</b> bropriating; <b>(alternativa E)</b> mansplaining;	
<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 2
<b>Resposta comentada:</b> (UNIFESO) De acordo com a doutrina dominante sobre o tema, quando um homem manipula as situações para a mulher acreditar que a realidade que ela está tendo contato não é real, levando-a a se sentir confusa, duvidando de suas próprias percepções, se está diante do chamado <i>gaslighting</i> .	
<b>Feedback:</b> (QUESTÃO UNIFESO)	

### 39ª QUESTÃO

<b>Enunciado:</b> As relações virtuais modificaram significativamente a forma como as pessoas interagem com seus semelhantes, adquirem patrimônio, realizam transações de toda ordem. Hoje não há dúvidas de que certos bens que integram a personalidade humana podem ser sim objeto de relações jurídicas, sem que com isso se diga que a pessoa que o detém tenha deixado de ser seu titular. (cf. ZAMPIER, Bruno. <b>Bens digitais</b> : cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.) São considerados bens digitais:	
<b>Alternativas:</b> <b>(alternativa A) (CORRETA)</b> Todos aqueles conteúdos constantes na web, passíveis ou não de valoração econômica, que proporcionem alguma utilidade para o seu titular. <b>(alternativa B)</b> Todos aqueles incorporados a determinado bem imóvel por vontade de seu proprietário, seja por razão de exploração industrial, aformoseamento ou comodidade deste. <b>(alternativa C)</b> Todos aqueles corpóreos ou incorpóreos, passíveis de valoração econômica, que proporcionem alguma utilidade para o seu titular. <b>(alternativa D)</b> Todos aqueles objetos de movimento próprio ou de remoção por força alheia sem que isso altere a sua substância ou destinação econômica. <b>(alternativa E)</b> Todos aqueles corpóreos ou incorpóreos que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade.	
<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 2

**Resposta comentada:**

Os bens digitais patrimoniais são aqueles cuja natureza é meramente econômica, a exemplo das moedas virtuais (Bitcoins), milhas aéreas, itens pagos em plataformas digitais; já os bens digitais existenciais (ou bens sensíveis), por sua vez, possuem natureza personalíssima, podendo ser exemplificados através dos perfis de redes sociais, blogs, correio eletrônico, mensagens privadas de aplicativos como o WhatsApp, entre outros; e, por último, os bens de caráter híbrido, os bens digitais patrimoniais-existenciais (ou patrimoniais-personalíssimos), os quais perfazem um misto de economicidade e privacidade, como ocorre com os influenciadores digitais, que são monetizados através da exploração de postagens de natureza pessoal, a exemplo da plataforma do Instagram ou Youtube (cf. ZAMPIER, Bruno. Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed.

Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.)

**Feedback:**

Adaptada. (cf. ZAMPIER, Bruno. Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.)

**40ª QUESTÃO****Enunciado:**

Um consumidor compra, em um site de um grande varejista digital, que encontrava-se em liquidação denominada Black Friday, um ferro de passar roupa e quando está manejando o ferro pela primeira vez ele explode e o atinge, causando-lhe danos morais e estéticos. O consumidor é levado ao hospital para tratar alguns ferimentos. Nesse caso, a ação indenizatória deverá ser proposta em face do fabricante no prazo de:

**Alternativas:****(alternativa A)**

prazo prescricional de 30 dias.

**(alternativa B)**

prazo prescricional de 90 dias

**(alternativa C)**

prazo decadencial de 90 dias

**(alternativa D) (CORRETA)**

prazo prescricional de 5 anos.

**(alternativa E)**

prazo decadencial de 5 anos.

**Grau de dificuldade:**

Nível 2

**Resposta comentada:**

Estabelece o art. 27 do Código de Defesa do Consumidor que o prazo prescricional de 5 anos, pelo defeito do produto.

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção I deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

**Feedback:**

**Código de Defesa do Consumidor. LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm)

## 41ª QUESTÃO

### Enunciado:

André, 30 anos, é transgênero e se identifica como mulher. Assim, André procurou uma advogada e ajuizou ação de retificação de registro de nascimento para troca do prenome e do sexo. Na ação, pediu para que seu prenome seja alterado para Andréa e seu sexo para feminino. Porém, André não fez a cirurgia de transgenitalização e nem deseja realizar. Nesse contexto, em relação à disciplina legal dos direitos da personalidade, do nome, é correto afirmar que

### Alternativas:

#### (alternativa A)

Tendo em vista a garantia e segurança nas relações jurídicas nas esferas pública e privada, a imutabilidade do nome é princípio de ordem pública, razão pela qual sua definitividade é de interesse de toda a sociedade, constituindo garantia segura e eficaz das relações de direitos e obrigações correlatas.

#### (alternativa B)

De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4275, a alteração é possível judicialmente, apenas, sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.

#### (alternativa C)

A pessoa transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração no registro civil apenas do prenome, desde que obtenha autorização judicial para tanto, não sendo suficiente o requerimento na via administrativa.

#### (alternativa D) (CORRETA)

De acordo com a atual redação da Lei de Registros Públicos, é permitido a qualquer pessoa após atingir a maioridade civil, alterar o nome diretamente em Cartório de Registro Civil, independentemente de prazo, motivação ou juízo de valor, sem necessidade de qualquer intervenção judicial e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico.

#### (alternativa E)

Os transgêneros, condicionados à realização de cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, possuem o direito à alteração somente do prenome diretamente no registro civil.

Grau de dificuldade:

Nível 3

**Resposta comentada:**

LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022 - Art. 11. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

"Art. 11. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico".

Com entrada em vigor da lei 14.382/22, o princípio da imutabilidade do nome (ou mutabilidade controlada) simplesmente deixou de existir, dando lugar a plena possibilidade de alteração do nome da pessoa sem qualquer motivo ou prova. O requerimento pode ser feito diretamente no registro civil - ou seja, não há necessidade de provimento judicial para tanto, conforme art. 56 e parágrafos da LRP. A alteração prevista na norma, no dispositivo em comento, diz respeito ao prenome, ou seja, ao elemento que identifica qualquer pessoa física antes dos sobrenomes, também conhecidos como nome de família. Trata-se do que a população vulgarmente denomina de "primeiro nome". Tal modificação, nos termos expostos, somente poderá ocorrer uma vez, existindo necessidade de decisão judicial para qualquer alteração posterior do prenome do interessado. <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-notariais-e-registrais/369545/o-fim-da-imutabilidade-do-nome-civil-das-pessoas-naturais>  
<https://www.migalhas.com.br/depeso/369907/e-agora-posso-mudar-o-nome-sem-justificativa> - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14382.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14382.htm)

**Feedback:**

Adaptada. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-notariais-e-registrais/369545/o-fim-da-imutabilidade-do-nome-civil-das-pessoas-naturais>  
<https://www.migalhas.com.br/depeso/369907/e-agora-posso-mudar-o-nome-sem-justificativa> - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14382.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14382.htm)

## 42ª QUESTÃO

### Enunciado:

Leia o texto abaixo:

A Lei nº 13.146/15 que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência propicia maior proteção e garantia jurídicas à pessoa com deficiência, já que amplia o rol das legislações do ordenamento jurídico nacional que salvaguarda direitos da criança, do jovem e/ou do adolescente, notadamente quando à essa condição é agregado o status especial de ser uma pessoa com deficiência. (BOAS, Regina Vera Villas; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a proteção constitucional da criança, do jovem e do adolescente: inclusão social e exercício da cidadania**. CONPEDI, 2016, p. 347) A Pessoa com Deficiência não é protegida apenas no âmbito do direito interno, mas também no âmbito do direito internacional dos direitos humanos. Sobre o tema, avalie as afirmações a seguir:

I – Na atual sistemática do Estatuto da Pessoa com Deficiência, utiliza-se o modelo médico, sendo a deficiência entendida apenas com base nos impedimentos físicos das funções e estruturas do corpo.

II – A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil com o status de norma constitucional.

III – O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica

São corretas apenas as seguintes afirmativas:

### Alternativas:

**(alternativa A) (CORRETA)**

II e III.

(alternativa B)

I.

(alternativa C)

II.

(alternativa D)

I e II.

(alternativa E)

I e III.

**Grau de dificuldade:** Nível 1

### Resposta comentada:

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil como emenda constitucional, visto que respeito o quórum do art. 5º, §3º, da CRFB/88. Adota-se atualmente o modelo biopsicossocial, onde a deficiência leva em consideração também fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, além da limitação e relação com o meio social. Nos termos do art. 12 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica. Logo, estão corretas apenas as afirmações I e II.

Ref. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

### Feedback:

--

## 43ª QUESTÃO

### Enunciado:

“Em decorrência da crise humanitária vivenciada na Venezuela, muitas crianças desacompanhadas migraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Na maioria dos casos, as crianças venezuelanas estavam protegidas pelo Estatuto dos Refugiados, documento internacional de 1951, que regula os direitos dos refugiados e foi ratificado pelo Brasil. Apesar da iniciativa do Brasil, desencadeada pela “Operação Acolhida”, verificou-se que muitas crianças venezuelanas desacompanhadas estavam vivendo em situação de vulnerabilidade, nas ruas de Pacaraima”. (LOUREIRO, C. A migração venezuelana no Brasil sob o aspecto transnacional e transcivilizacional. In: Ludwig, F.; Barros, L. S. (org.). **(Re) Definições de Fronteiras**: desenvolvimento, segurança e integração. Foz do Iguaçu: IDESF, 2020 (adaptado)).

Nesse contexto, destaca-se a decisão da 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça de Roraima, que negou provimento ao Agravo de Instrumento n. 0000.17.000167-1, interposto pelo Município de Boa Vista, contra decisão monocrática que obrigou o ente municipal a fornecer condições mínimas de subsistência às crianças venezuelanas e aos seus pais. Segundo aquela Corte Estadual, as Opiniões Consultivas da Corte Interamericana possuem caráter vinculante aos poderes constituídos dos Estados Nacionais, como se constata no trecho da decisão a seguir.

“Quanto à responsabilidade pela medida de proteção às crianças imigrantes em situação de vulnerabilidade, independentemente da regularidade de sua situação, considero que um instrumento-chave do qual deriva a obrigação jurídica dos entes federativos brasileiros é a Opinião Consultiva 21 da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ademais, a temática ora em análise tem relação com o controle de convencionalidade das normas internacionais em face do direito interno, devido ao conteúdo hermenêutico internacional que vigora atualmente e que obriga, de maneira direta, os poderes constituídos a realizarem um duplo grau de aprovação, ou seja, determinada norma somente seria válida após ser formal e materialmente compatível com a Constituição Federal de 1988 e também com os Tratados Internacionais de Direitos Humanos aos quais o Brasil aderiu.”

Acerca do tema do refúgio e do controle de convencionalidade, assinale a alternativa correta:



**Alternativas:****(alternativa A)**

A decisão judicial narrada acima foi equivocada, porque o Brasil não tem o dever de realizar o controle de convencionalidade, não estando, portanto, sujeito à necessidade de adaptar as leis e as políticas públicas brasileiras aos padrões interamericanos, em respeito ao princípio do direito internacional da não intervenção.

**(alternativa B)**

A decisão judicial narrada acima está em desconformidade com as normas internacionais, porquanto o controle de convencionalidade é um instituto jurídico de direito interamericano que não se aplica ao ordenamento jurídico brasileiro, exceto se as leis brasileiras tiverem previsão no mesmo sentido.

**(alternativa C)**

O conceito de refúgio do ordenamento jurídico brasileiro é idêntico ao conceito de asilo.

**(alternativa D) (CORRETA)**

A mencionada decisão judicial foi acertada, uma vez que, diante do princípio da igualdade, aplicável aos nacionais e aos estrangeiros no Brasil, deve o Estado brasileiro agir com diligência, adotando todas as medidas necessárias ao acolhimento dos imigrantes.

**(alternativa E)**

No Brasil, a legislação só considera como refugiado o indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.

**Grau de dificuldade:** Nível 1

**Resposta comentada:**

Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.474/97, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. O controle de convencionalidade por ser realizado no âmbito do sistema interamericano ou no ordenamento jurídico brasileiro (ex: pelo STF). O conceito de refúgio não se confunde com o asilo, sendo o primeiro regulado pela Lei nº 9.474/97. O Brasil tem obrigação de adaptar as leis e as políticas públicas brasileiras aos padrões interamericanos. A decisão judicial narrada foi acertada.

Ref. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

**Feedback:**

--

## 44ª QUESTÃO

**Enunciado:**

**Veja o art.1º de nossa Constituição Federal:**

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.”

**Agora, levando em consideração as características do Estado Brasileiro, analise as assertivas abaixo e, posteriormente, assinale a única alternativa correta:**

I - Em países de regime parlamentarista, como no Brasil, o Chefe de Estado é o Ministro das Relações Internacionais e o Chefe de Governo é o Presidente da República, que como função precípua representar o Estado Federal na comunidade internacional e da unidade do Estado, em nível interno.

II- O Brasil adota um sistema de governo presidencialista, no qual o principal representante do Executivo é o presidente da República, que desempenha o papel de chefe de Estado e de Governo.

III- A Forma de Governo relaciona-se com o modo como interagem o Poder Executivo e o Poder Legislativo nas funções governamentais. São formas de governo o Presidencialismo e o Parlamentarismo.

IV - Têm-se como Forma de Governo um conjunto de instituições políticas, por meio das quais um Estado se organiza, a fim de exercer seu poder sobre a sociedade. A Forma de Governo pode assumir Confederação, Estado Unitário ou Federação.

**Alternativas:**

**(alternativa A) (CORRETA)**

Apenas a assertiva II está correta;

**(alternativa B)**

Apenas a assertiva III está correta;

**(alternativa C)**

Apenas as assertivas I e II estão corretas;

**(alternativa D)**

Apenas as assertivas III e IV estão corretas;

**(alternativa E)**

Todas as assertivas estão corretas;

**Grau de dificuldade:** Nível 2

**Resposta comentada:**

(UNIFESO)

A assertiva I está errada porque o Brasil não é parlamentarista; A assertiva II está errada pq parlamentarismo e presidencialismo são sistemas de governo; e a assertiva IV está errada pq Federação e Estado Unitário são exemplos de formas de Estado;

**Feedback:**

(QUESTÃO UNIFESO)

## 45ª QUESTÃO

### Enunciado:

**Analise o seguinte caso fictício e, em seguida, assinale a única alternativa correta:**

Com o objetivo de reduzir a despesa com as estruturas estatais de poder e, conseqüentemente, aumentar o volume de recursos utilizados na prestação de serviços públicos, O Deputado Federal João Juvenal Ferreira solicitou que sua assessoria analisasse qual proposição legislativa poderia ser apresentada para transformar o Brasil em um Estado regionalizado, de modo que a União passasse a ser o único ente com autonomia política e os demais entes passassem a ter apenas autonomia administrativa nos termos da lei. A assessoria respondeu corretamente que:

### Alternativas:

#### (alternativa A)

seria necessária a edição de emenda constitucional.

#### (alternativa B)

seria cabível tanto a edição de lei complementar como a de lei ordinária.

#### (alternativa C) (CORRETA)

não seria possível a aprovação de norma dessa natureza.

#### (alternativa D)

seria necessária a realização de um plebiscito e, em um segundo momento, a aprovação de emenda constitucional.

#### (alternativa E)

seria necessária a edição de leicomplementar.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

### Resposta comentada:

(Questão adaptada TRT 13ª Região - 2022)

A forma federativa de Estado é cláusula pétrea e, portanto, não pode ser abolida por emenda constitucional.

### Feedback:

--

## 46ª QUESTÃO

### Enunciado:

“Ora, julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática o poder deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, como por exemplo, sobre as espécies de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que contribuem para a vida boa em geral. Bem mostra o fato de atribuirmos sabedoria prática a um homem, sob um aspecto particular, quando ele calculou bem com vistas em alguma finalidade boa que não se inclui entre aquelas que são objeto de alguma arte. Segue-se daí que, num sentido geral, também o homem que é capaz de deliberar possui sabedoria prática. Ora, ninguém delibera sobre coisas que não podem ser de outro modo, nem sobre as que lhe é impossível fazer. Por conseguinte, como o conhecimento científico envolve demonstração, mas não há demonstração de coisas cujos primeiros princípios são variáveis (pois todas elas poderiam ser diferentemente), e como é impossível deliberar sobre coisas que são por necessidade, a sabedoria prática não pode ser ciência, nem arte: nem ciência, porque aquilo que se pode fazer é capaz de ser diferentemente, nem arte, porque o agir e o produzir são duas espécies diferentes de coisa. Resta, pois, a alternativa de ser ela uma capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem. (ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984, livro VI, 5.1140a -1140b)

Considerando que boa parte da doutrina filosófica contemporânea associa a ideia de Direito ao conceito de razão prática ou sabedoria prática, conforme o conceito apresentado por Aristóteles, avalie as afirmações a seguir.

I. A sabedoria prática é uma forma de conhecimento científico capaz de distinguir entre o verdadeiro e o falso. II. A sabedoria prática é uma técnica ou arte capaz de produzir resultados universalmente corretos e desejados.

III. A sabedoria prática é a manifestação de uma opinião qualificada ou ponto de vista específico de um agente diante de um tema específico.

IV. A sabedoria prática diz respeito à capacidade de bem deliberar a respeito de bens ou questões humanas, sobretudo, a distinguir o bem e o mal.

É correto o que se afirma em

**Alternativas: (alternativa A)**

I e IV, apenas.

**(alternativa B) (CORRETA)**

IV, apenas.

**(alternativa C)**

II e III, apenas.

**(alternativa D)**

I, II e IV,  
apenas.

**(alternativa E)**

I, II, III e IV.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

## Resposta comentada:

(Questão adaptada)

A virtude (areté) moral está identificada com a capacidade de agir de acordo com a razão (orthólógos); não é conhecimento, mas discernimento, deliberação. Esse discernimento é uma determinação do ser ético, pois a moralidade humana, distinta da natureza, depende do esforço, de uma atitude firme, de um bem viver. O saber moral deve compreender aquilo que é exigido em cada situação concreta à luz dos princípios gerais. Por não ser um conhecimento exato ou puramente teórico, como ocorre com o saber das matemáticas e das ciências, Aristóteles diferencia entre o saber moral ou sabedoria prática da phronesis, o saber teórico da epistémé e o saber fazer da techné;

## Feedback:

(Questão adaptada - IFSP)

## 47ª QUESTÃO

### Enunciado:

No nosso sistema legal, a apelação é o recurso cabível da decisão ou sentença do juiz, quando não couber recurso em sentido estrito, dirigido ao Tribunal, objetivando a reforma ou anulação do julgado. Se a decisão é proferida no âmbito de ação penal de competência originária dos Tribunais, não cabe apelação. Assim, as decisões dos Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais Federais podem ser impugnadas por embargos declaratórios ou, de forma excepcional, por recurso extraordinário ou especial. (disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/do-recurso-de-apelacao>). Sobre o recurso de apelação, à luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

Ano: 2017 - Banca: FCC - Órgão: TRE-SP - Prova: Analista Judiciário TRE/SP (Questão Adaptada)

### Alternativas:

#### (alternativa A)

quando cabível a apelação, se a parte pretender recorrer somente de parte da decisão, poderá usar o recurso em sentido estrito

#### (alternativa B) (CORRETA)

a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta

#### (alternativa C)

é vedado ao apelante arazoar o recurso de apelação na superior instância

#### (alternativa D)

havendo assistente de acusação este arazoará o recurso de apelação, no prazo de cinco dias após o Ministério Público

#### (alternativa E)

a apelação de sentença condenatória, em regra, não terá efeito suspensivo

Grau de dificuldade:

Nível 2

**Resposta comentada:**

a apelação de sentença condenatória, em regra, não terá efeito suspensivo - ERRADA: Art. 597, do CPP: *A apelação de sentença condenatória terá efeito suspensivo, salvo o disposto no art. 393, a aplicação provisória de interdições de direitos e de medidas de segurança (arts. 374 e 378), e o caso de suspensão condicional de pena.*

a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta - CERTA.

é vedado ao apelante arrazoar o recurso de apelação na superior instância - ERRADA: Art. 600,

§ 4º, do CPP: *Se o apelante declarar, na petição ou no termo, ao interpor a apelação, que deseja arrazoar na superior instância serão os autos remetidos ao tribunal a quem onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, notificadas as partes pela publicação oficial*

havendo assistente de acusação este arrazoará o recurso de apelação, no prazo de cinco dias após o Ministério Público - ERRADA: Art. 600, § 1º, do CPP: *Se houver assistente, este arrazoará, no prazo de três dias, após o Ministério Público.*

quando cabível a apelação, se a parte pretender recorrer somente de parte da decisão, poderá usar o recurso em sentido estrito - ERRADA: Art. 599, do CPP: *As apelações poderão ser interpostas quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele.*

**Feedback:**

- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 7. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2019

- LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 17. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2020.

- NUCCI, Guilherme de Souza. Processo penal e execução penal. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2019.

- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 22ª ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

- RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 27ª. ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2019.

- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 18. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2018.

**48ª QUESTÃO****Enunciado:**

A sociedade empresária Olímpia Limitada ("Olímpia") fabrica equipamentos de musculação para redes de academias, como a Vida Fitness Limitada ("Vida Fitness"). Em 2021, a Vida Fitness passou por problemas financeiros, motivo pelo qual não realizou o pagamento de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por 50 (cinquenta) esteiras adquiridas em 2020. Em virtude desse inadimplemento, a Olímpia ajuizou execução de título extrajudicial perante o MM. Juízo da Vara Cível de São Paulo. No curso dessa demanda, a exequente obteve a penhora online de R\$ 500.000,00 existentes nas contas bancárias da Vida Fitness. Assim que tomou conhecimento da penhora, a Vida Fitness procurou você, como advogado(a), para informar que não pretendia questionar a decisão que determinou a penhora online, mas que gostaria de buscar a substituição do bem penhorado, de forma que os R\$ 500.000,00 pudessem melhorar a situação do fluxo de caixa da sociedade empresária. Diante dessa situação, assinale a afirmativa que apresenta a orientação correta prestada à Vida Fitness.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Será possível requerer a substituição da penhora somente por imóvel de valor superior ao montante exequendo.

**(alternativa B)**

Não será possível requerer a substituição da penhora, uma vez que a penhora em dinheiro é prioritária.

**(alternativa C)**

Será possível requerer a substituição da penhora somente por imóvel de valor inferior ao montante exequendo.

**(alternativa D) (CORRETA)**

Será possível requerer a substituição da penhora por meio de fiança bancária ou seguro garantia judicial, desde que o valor dessas garantias não seja inferior ao valor do débito constante na petição inicial da execução de título extrajudicial movida pela Olímpia, acrescido de 30% (trinta por cento).

**(alternativa E)**

Será possível requerer a substituição da penhora por meio de fiança bancária ou seguro garantia judicial, desde que o valor dessas garantias não seja inferior ao valor do débito constante na petição inicial da execução de título extrajudicial movida pela Olímpia.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

**Resposta comentada:**

Conforme estabelece expressamente o Art. 848 do CPC, as partes poderão requerer a substituição da penhora se:

I - ela não obedecer à ordem legal;

II - ela não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento;

III - havendo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados;

IV - havendo bens livres, ela tiver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame;

V - ela incidir sobre bens de baixa liquidez;

VI - fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou

VII - o executado não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações previstas em lei.

Parágrafo único. A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.

**Feedback:**

REF-670419757 CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REF-638645337 MONTENEGRO FILHO, Misael. Código de Processo Civil Comentado e Interpretado. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

REF-680874028 PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo: Teoria Geral do Processo, 7. ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

**49ª QUESTÃO****Enunciado:**

Xisto, com base em prova escrita e sem eficácia de título executivo, afirma ter direito de exigir de Mariana o pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Nesse sentido, Xisto procura você, como advogado(a), para ajuizar Ação Monitória em face de Mariana, exigindo o pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O juiz da causa observou que o direito do autor era evidente e deferiu a expedição de mandado de pagamento, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento. Mariana alega que Xisto pleiteia quantia superior à devida, razão pela qual pretende, por meio de seu advogado, opor embargos à ação monitória. Na qualidade de patrono de Mariana, assinale a opção que apresenta a medida adequada a ser providenciada.

**Alternativas:**

**(alternativa A)**

Mariana poderá opor, nos próprios autos, embargos à ação monitória caso garanta o valor em juízo previamente, bem como, quando alegar que Xisto pleiteia quantia superior à devida, não precisa indicar o valor correto da dívida.

**(alternativa B) (CORRETA)**

Mariana poderá opor embargos à ação monitória, independentemente de prévia segurança do juízo, bem como, quando alegar que Xisto pleiteia quantia superior à devida, deverá declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.

**(alternativa C)**

Mariana poderá opor respostas do réu, tal como contestar ou reconvir, independentemente de prévia segurança do juízo, bem como, quando alegar que Xisto pleiteia quantia superior à devida, deverá declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.

**(alternativa D)**

Se Mariana alegar que Xisto pleiteia quantia superior à devida, não precisa indicar o valor correto da dívida. Além disso, independentemente de prévia segurança do juízo, Mariana pode opor embargos à ação monitória.

**(alternativa E)**

Mariana poderá opor, nos próprios autos, embargos à ação monitória caso garanta o valor em juízo previamente, bem como, quando alegar que Xisto pleiteia quantia superior à devida, deverá declarar de imediato o valor que entende correto, sem necessidade de apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.

<b>Grau de dificuldade:</b>	Nível 2
-----------------------------	---------



Resposta comentada:

**Art. 702. Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701, embargos à ação monitória.**

§ 1º Os embargos podem se fundar em matéria passível de alegação como defesa no procedimento comum.

**§ 2º Quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.**

**§ 3º Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso.**

§ 4º A oposição dos embargos suspende a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau.

§ 5º O autor será intimado para responder aos embargos no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 6º Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

§ 7º A critério do juiz, os embargos serão autuados em apartado, se parciais, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial em relação à parcela incontroversa.

§ 8º Rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, prosseguindo-se o processo em observância ao disposto no Título I do Livro I da Parte Especial, no que for cabível.

§ 9º Cabe apelação contra a sentença que acolhe ou rejeita os embargos.

#### **Feedback:**

REF-670419757 CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REF-638645337 MONTENEGRO FILHO, Misael. Código de Processo Civil Comentado e Interpretado. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

REF-680874028 PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo: Teoria Geral do Processo, 7. ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

## 50ª QUESTÃO

### Enunciado:

Leia o texto

Segundo Durkheim, nem todos os fenômenos que ocorrem na sociedade podem ser considerados como objeto e área de domínio da Sociologia, ciência que possui campo próprio de investigação, uma ordem determinada de problemas, qual seja, um grupo de fenômenos cujas características nítidas e particulares os distingue daqueles que são estudados por outras ciências. Esse conjunto compõe o que Durkheim chama de fato social.

Considerando o que diz o texto, marque a opção que apresenta afirmativa incorreta:

### Alternativas:

**(alternativa A) (CORRETA)**

A divisão social do trabalho constitui-se como base fundamental da ordem e coesão social, cujo grau de especialização não se relaciona com o estágio de desenvolvimento da sociedade.

**(alternativa B)**

A religião pode ser diferenciada da magia e considerada como um fato social, por ser de caráter associativo, enquanto a magia possui caráter individualista.

**(alternativa C)**

Os fatos sociais são expressos por modos de agir e pensar, de sentir e de atuar, cujas propriedades existem fora das consciências individuais.

**(alternativa D)**

Os fatos sociais são conhecidos pelo poder de coerção exterior que possuem e exercem sobre os indivíduos.

**(alternativa E)**

Distúrbios de aprendizagem de uma turma de estudantes são um fato social.

**Grau de dificuldade:** Nível 2

### Resposta comentada:

(Questão adaptada IFES) De acordo com a teoria de Durkheim, existe uma profunda relação entre a divisão social do trabalho e a coesão social, cujo grau de especialização não se relaciona com o estágio de desenvolvimento da sociedade.

### Feedback:

(Questão adaptada IFES)